



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA



BRAZLÂNDIA-DF

2024



SUMÁRIO

1. Identificação.	05
2. Apresentação.	05
3. Histórico da Unidade Escolar.	07
3.1. Descrição Histórica.	07
3.2. Descrição Física.	10
4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	11
5. Função Social da Escola	14
6. Missão da Unidade Escolar	15
7. Princípios Orientadores da Prática Educativa	15
8. Metas da Unidade Escolar	16
9. Objetivos	16
9.1. Objetivo Geral	17
9.2. Objetivos Específicos	17
10. Fundamentos Teóricos-metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa	18
10.1. Fundamentos didático-pedagógicos.	18
11. Organização Curricular da Unidade Escolar	20
12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	21
12.1. Organização dos tempos e espaços	21
12.2. Relação escola-comunidade.....	23
12.3. Relação teoria e prática	23
12.4. Metodologias de ensino	24
12.5. Organização da escolaridade: ciclos séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), segmentos, anos e/ou séries ofertadas.	25
13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar.	26
13.1. Direitos das Crianças e Adolescentes no Ensino Fundamental (Lei nº. 11.525/07)	26
13.2. Semana da Conscientização do Uso Sustentável da Água nas EU/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013)	26
13.3. Semana de Educação para a Vida.	26
13.4. Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....	27
13.5. Programa Educador Social Voluntário (ESV).	27
14. Apresentação de Projetos Específicos da Unidade Escolar.	28
14.1. Articulação com os objetivos e as metas do PPP.	28
14.1.1. Projeto de leitura.	28



14.1.2. Gincana CEF 03 Braz/ frdta junina.	28
14.2. Articulação com o Currículo em Movimento.	29
14.2.1. Projeto AfroBrasil – História e Cultura afro-brasileira e indígena.	29
14.2.2. Fantastic Day	30
14.3. Articulação com o PDE.	30
14.3.1. Projeto Superação.	30
15. Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo e/ou com Organização da Sociedade Civil	30
15.1. Articulação com os objetivos e as metas do PPP.	31
15.2. Articulação com o Currículo em Movimento.	32
15.2.1. Projeto NaMoral.	32
15.2.2. PSE- Programa de Saúde na Escola.	32
15.2.3. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	33
15.2.4. PMDF e Batalhão Escolar.	33
15.3. Articulação com o PDE.	33
15.3.1. Conselho Tutelar e o Apoio de Ações em Rede.	33
16. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar	33
16.1. Avaliação para as aprendizagens.	33
16.2. Avaliação em larga escala.	34
16.3. Avaliação Institucional.	39
16.4. Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens.....	40
16.5. Conselho de Classe.	43
17. Papéis e Atuação	44
17.1. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA).....	44
17.2. Orientação Educacional (OE)	44
17.3. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)	45
17.4. Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros	45
17.5. Biblioteca Escolar	45
17.6. Conselho Escolar	46
17.7. Profissionais Readaptados	47
17.8. Coordenação Pedagógica	47
17.8.1. Papel e atuação do Coordenador Pedagógico.....	47
17.8.2. Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica.....	48



17.8.3. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação.....	49
18. Estratégias Específicas	49
18.1. Redução do abandono, evasão e reprovação.	49
18.2. Recomposição das Aprendizagens	50
18.3. Implementação da Cultura de paz	50
18.3.1. Educação para a Diversidade.	50
18.3.2. Cidadania.	51
18.3.3. Educação em e para os Direitos Humanos.	51
18.3.4. Educação para a Sustentabilidade.	51
18.4. Qualificação da transição escolar.	53
19. Processo de Implementação do PPP	54
19.1. Gestão Pedagógica	54
19.2. Gestão de Resultados Educacionais	54
19.3. Gestão Participativa	55
19.4. Gestão de Pessoas	55
19.5. Gestão Financeira	56
19.6. Gestão Administrativa	57
20. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP.....	58
20.1. Avaliação Coletiva.....	58
20.2. Periodicidade.....	59
20.3. Procedimentos / Instrumentos.....	59
20.4. Registros.	59
21. Referências.....	60
22. Apêndices.	61
23. Anexos.	67



1. Identificação

Nome da Unidade Escolar /Instituição Educacional	CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA
Coordenação Regional de Ensino	BRAZLÂNDIA
Endereço	QUADRA 46 ÁREA ESPECIAL – VILA SÃO JOSÉ/BRAZLÂNDIA-DF
Telefone	33308671 (direção) 33308672 (secretaria)
E-mail	cef03braz@gmail.com ; cef03.brazlandia@edu.se.df.gov.br
Data da Fundação da UE	21/03/2006
Turnos de Funcionamento	DIURNO (MATUTINO E VESPERTINO)
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	EF 02 - ANOS FINAIS
Escola de Gestão Compartilhada	() SIM (X) NÃO
Oferta Educação Integral	() SIM (X) NÃO
Equipe Gestora	RENATA MARIA FARIAS DE FRANÇA (diretora) ELENIR DOS SANTOS LIMA (vice-diretora) IDOMAR DO NASCIMENTO (supervisor pedagógico) MARIA OSMARINA C. AQUINO XAVIER (supervisora administrativa) FRANCISCA AUZERINA PEREIRA DA SILVA (chefe de secretaria)

2. Apresentação

A reelaboração deste Projeto Político Pedagógico – PPP foi iniciada nas reflexões realizadas nos conselhos de classe do ano passado e serviram, inclusive, para as proposições que aqui se materializam no sentido da melhoria das relações humanas na escola, do diálogo com a comunidade escolar e, sobretudo, na organização de todo o trabalho pedagógico para o ano letivo em curso. Foi continuada na semana pedagógica 2024 (equipe gestora, OE, SEAA, carreira assistência), pois o grupo de professores regentes é composto por 93% de professores em regime de contrato temporário e estes só iniciam suas atividades no primeiro dia letivo.



Os professores deram suas contribuições para o PPP nas primeiras reuniões coletivas e, no dia 23 de fevereiro de 2024, foi feita a primeira reunião de pais, responsáveis e estudantes com o objetivo de apresentar o grupo docente e de refletir sobre os projetos e demandas da escola para apreciação, aprovação, aprimoramento e ou substituição de programas, projetos ou ações desenvolvidas no CEF 03 de Brazlândia.

Dessa forma, participaram da revisão e da reelaboração do PPP, todos os agentes envolvidos no processo educacional: alunos, pais, servidores da carreira assistência, carreira magistério e gestores. O que torna a escola mais democrática ao exercer seu papel em consonância com as Diretrizes da SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Regimento Escolar.

Compreende-se o PPP como um produto coletivo constituído de objetivos e metas que serão trabalhados a fim de serem alcançados a partir da utilização de meios e instrumentos didáticos e pedagógicos pensados em formas de ações e procedimentos que facilitem e concretizem o fazer pedagógico dos professores e de todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, promovendo ensino de qualidade aos estudantes. Projeto que precisa ser permanentemente revisto, tendo como ponto inicial o resultado das ações desenvolvidas no dia a dia do chão da escola e das demandas que possam surgir no percurso; ou seja, avaliação por meio de constante reflexão e diálogo com todos os envolvidos no processo.

Na reelaboração do PPP 2024 foram observadas as orientações e diretrizes dispostas na Portaria nº 139, de 22 de fevereiro de 2024, que determina que:

§ 2º Cabe às unidades escolares respeitar, para a (re)elaboração dos PPPs, os princípios, as diretrizes, a legislação educacional e os normativos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) vigentes, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 1996; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o Plano Distrital de Educação (PDE) 2015-2024; o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027; o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023-2027; o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 (ODS 4); a Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas, compreendendo o PPP como documento flexível e dinâmico que:

- I - evidencia a identidade e a autonomia da unidade escolar, revelando suas concepções filosóficas, sociais, políticas, antropológicas e pedagógicas;
- II - materializa o processo contínuo de reflexão coletiva da realidade da unidade escolar, com vistas à concretização dos objetivos, das metas e da organização do trabalho pedagógico;
- III - fortalece a gestão democrática e potencializa a participação, o diálogo e a autonomia de todos os envolvidos no processo educativo; e
- IV - reflete a concepção de educação inclusiva e integral no âmbito de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Assim, após recolher e analisar o material construído coletivamente em diversas reuniões com a comunidade escolar e coletivas com professores e servidores, a Comissão Organizadora se reuniu para a organização, sintetização dos dados e elaboração do texto preliminar do documento e, após apresentá-lo à comunidade para análise e sugestões, a redação da versão final do PPP ficou sob a responsabilidade da professora Elenir Lima (vice-diretora), que o fez em conformidade com a Proposta Pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que diz:



Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

- V – prover meios para a recuperação dos estudantes de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20.9.2001).

Entendendo esse contexto, o Centro de Ensino Fundamental 03 busca através da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico oferecer ensino de qualidade, que evite a repetência e a evasão escolar, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, com o dever de proporcionar aos estudantes a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, preparando-os para o exercício consciente da cidadania.

3. Histórico da Unidade Escolar

3.1. Descrição Histórica

O Centro de Ensino Fundamental 03 foi inaugurado no dia 21 de março de 2006, fruto da reivindicação dos moradores da Vila São José. Inicialmente, a escola foi pensada para atender alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Contudo, devido ao elevado número de alunos com faixa etária inferior, residentes nas proximidades da escola que necessitavam percorrer grandes distâncias para chegar a outras unidades escolares, passou a atender à clientela de séries iniciais.

A escola atendia o ensino especial (regular), QMCM (Quanto Mais Cedo Melhor – 6 anos), 1ª, 2ª, 3ª séries do Ensino Fundamental. Em 2007, com a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, no DF, criou-se o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), que compreende alunos com 6 anos, BIA I; alunos com 7 anos, BIA II; alunos com 8 anos, BIA III; e estudantes repetentes do ano anterior, além de estudantes do ensino especial ainda no processo de alfabetização e letramento. Posteriormente, 2008 e 2009, a escola ofertou educação infantil a crianças de 4 a 5 anos e anos iniciais do ensino fundamental.

No ano de 2010, o CEF 03 iniciou suas atividades pedagógicas com as séries finais do Ensino Fundamental, atendendo tanto a alunos da 5ª série (6º ano do Ensino Fundamental de 9 anos) à 7ª série (8º ano do Ensino Fundamental de 9 anos), mas manteve ainda 08 turmas de Anos Iniciais (3ª série/4º ano e 4ª série/5º ano). No ano seguinte, considerando as reivindicações da comunidade escolar, ofertou-se também Educação de Jovens e Adultos, no noturno, compreendendo alunos do 2º Segmento (5ª a 8ª série/etapa), cuja oferta encerrou-se em 2013.

Em 2016, o CEF 03 firmou parceria com a Escola Parque da Natureza de Brazlândia (EPNBRAZ), em caráter intercomplementar, e as aulas de Educação Física, Artes e PD3 do



matutino passaram a ser desenvolvidas nesse espaço. Em 2017 e 2018, esse atendimento foi ampliado, compreendendo também, a estudantes dos 8º e 9º anos. Porém, em 2019, essa parceria foi encerrada, em razão da mudança de endereço da EPNBRAZ, o que ocasionou redução do seu espaço físico, impossibilitando, assim, o desenvolvimento das atividades previstas.

Desde 2016, a escola oferece aos estudantes dois lanches por turno, conforme cardápio orientado pela equipe de nutricionistas da SEEDF. No matutino, é servido café da manhã na entrada (07h20 a 07h30) e lanche (arroz, feijão, carne etc.) no intervalo (das 10h35min as 10h50min); no vespertino, lanche (arroz, feijão, carne) no intervalo (15h20min às 15h35min) e a segunda refeição, na saída, (17h50min as 18h). Isso fez com que diminuísse o número de alunos desnutridos e minimizasse significativamente o percentual de estudantes que passavam mal durante as aulas.

Destaca-se que a escola atende também a diversos alunos residentes na zona rural de Brazlândia (Maranata, Radiobraz, Capão da Onça etc.) e das cidades e distritos do entorno (Águas Lindas de Goiás, Monte Alto, Vendinha etc.), os quais - muitas vezes - saem muito cedo de casa e, mesmo dispondo de alimentos, não se alimentava adequadamente antes de sair de suas casas, motivo pelo qual se sentiam mal na escola.

Como a escola não possui refeitório, todos os dias, no momento do lanche, mesas e cadeiras plásticas são colocadas no pátio inferior para acomodar os estudantes no momento das refeições, e, uma vez que o espaço ainda não é suficiente para acomodar a todos, foram disponibilizados bancos, nos corredores do térreo, para garantir a todos os estudantes condições adequadas para se alimentar.

Em 2017, o CEF 03 também abriu, por solicitação da Estratégia de Matrícula, uma turma de Classe Especial no turno matutino, para atender alunos PCD's (Pessoa com Deficiência) vindos do Centro de Educação Especial 01 de Brazlândia (CENE BRAZ). Em 2019, abriu também uma turma de classe especial (TGD, ora denominada TEA) com alunos oriundos da Escola Classe 08 de Brazlândia. Posteriormente, em 2022, essas turmas foram remanejadas para o CEF 02 de Brazlândia, unidade de ensino que, além de classes comuns, oferta também a EJA Interventiva.

Em 2020, com a suspensão das atividades educacionais não presenciais em decorrência da pandemia COVID-19, o atendimento educacional ocorreu por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no Google Classroom, em que foram postadas atividades abordando os conteúdos elencados no Currículo em Movimento, materiais teóricos em formato pdf, vídeos explicativos etc., sendo assegurado aos alunos que não dispunham de recursos tecnológicos (computador, notebook, celular, tablets etc.) materiais impressos para desenvolvimento das atividades e garantia do direito à aprendizagem.

Nesse período, a frequência dos alunos estava condicionada à resolução e devolução das atividades na plataforma e/ou impressas, sendo imputada “falta” àqueles que, em hipótese alguma, as devolveram. Essas mesmas atividades também foram consideradas como instrumentos de avaliação processual, em caráter formativo, conforme as Orientações da Portaria nº 132/2020, no DODF nº 108 e Orientações à Rede Pública para o Registro das atividades Pedagógicas não Presenciais, de junho de 2020, e demais documentos relacionados ao tema emitidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Nesse ano, os alimentos do depósito escolar foram doados para os estudantes, no ato de distribuição das cestas verdes, evento organizado conforme as orientações passadas pela SEEDF via UNIAE.

Para atendimento do corpo discente e das famílias durante as atividades remotas, os professores e demais servidores que atuam nas unidades de ensino da SEEDF participaram de curso de formação, realizado em três dias em formato EAD, pela Escola de Aperfeiçoamento do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA



Profissional da Educação, com o objetivo de instrumentalizá-los para operar com recursos tecnológicos e multimídias digitais, pois, até então, grande parte do corpo docente da SEEDF desconheciam ou ainda não tinham habilidades com essa nova realidade, o que poderia comprometer tanto a interação dos professores com os estudantes ou, até mesmo, entre alunos, como também o desenvolvimento das atividades educacionais.

Em 2021, as aulas continuaram pelo ensino remoto, em que se desenvolveram atividades e ações além da continuidade da ação pedagógica descrita anteriormente, observando as orientações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), a qual dispõe, no artigo 32 § 4.º, “que o ensino a distância pode ser utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais no ensino fundamental”; Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP), Nº 2, de 10 de dezembro de 2020, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

No âmbito do Distrito Federal, o DECRETO nº 41.849, de 27 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e outras providências, prorrogou a suspensão de atividades educacionais presenciais em todas as creches, escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada. Para garantia do direito à educação, por meio da Circular Nº 2/2021 - SEE/GAB (Processo SEI 00080-00032397/2021-43), que apresenta orientações quanto ao DECRETO Nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, regulamenta o regime de teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em razão da pandemia COVID-19.

Só no segundo semestre do ano letivo de 2021, as atividades educacionais presenciais foram retomadas de forma híbrida, em que parte das turmas assistia às aulas no interior da escola enquanto o outro grupo era atendido por meio de material impresso e videochamadas pelo Google Meet, alternadamente, conforme “Orientações para a retomada das atividades híbridas (parte presencial e parte remota) nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal”, elaborada pela SEEDF, No mês de novembro de 2021, o governo do Distrito Federal autorizou o retorno 100% presencial de todos os estudantes e professores da rede, com exceção das professoras e estudantes grávidas e aqueles que apresentaram algum comprometimento.

Em 2022, por meio de atividades diagnósticas realizadas no início do processo de ensino-aprendizagem verificou-se a necessidade de uma nova organização tanto do espaço físico quanto curricular para melhor atender às necessidades do corpo docente e discente. Para isso, foram feitas, no ambiente escolar, formações continuadas a fim de construir junto com o corpo docente uma organização curricular que contemplasse os conteúdos a serem retomados ao longo das aulas de todos os componentes curriculares, conforme orientações da Secretaria de Educação, que disponibilizou reorganização curricular para recomposição das aprendizagens 2021-2022, a qual junto com o Currículo em Movimento do DF orientou as práticas pedagógicas dessa unidade de ensino e minimizou, mesmo que de forma tímida, as fragilidades diagnosticadas.

Em 2023 e 2024, o mesmo processo de atividades diagnósticas iniciais e a reorganização curricular foram retomados para orientar o planejamento do professores quanto às práticas pedagógicas necessárias para o alcance das aprendizagens.



3.2. Descrição Física da UE

Quanto à estrutura física da unidade de ensino trata-se de um sobrado, sem elevador, com duas escadas de acesso para o 1º pavimento. Neste existem 15 salas de aula, 1 sala utilizada pela psicóloga, 1 sala para Orientadora Educacional, 01 banheiro adaptado sem bancada (PCD), 01 banheiro feminino e 1 banheiro masculino para estudante.

No térreo, ficam a secretaria com a mecanografia, a direção, a sala de apoio, a sala dos professores, a sala de coordenação, a sala de múltiplas, o almoxarifado, a cozinha com o depósito de alimentos, a copa dos servidores terceirizados, a copa dos professores, os banheiros para servidores, 1 banheiro adaptado com bancada (PCD), 1 banheiro masculino e 1 banheiro feminino para os estudantes, o laboratório de informática, a sala de leitura, a sala de recursos (no momento, sem professores para atendimento dos ANEEs), o laboratório de Ciências Naturais (em fase de colocação de bancadas e armários), 1 sala de aula (sala de jogos matemáticos e aulas de reforço).

O prédio escolar conta com dois portões de acesso, um para estudantes e outro para servidores, um portão de acesso para veículos, um estacionamento (que comporta aproximadamente 20 automóveis). Próximo ao portão de acesso dos estudantes, foram instalados quatro lavatórios com duas cubas cada para a higienização das mãos dos estudantes. Há um pátio coberto e um pátio descoberto.

Em dezembro de 2018, foi concluída a reforma da cozinha, do depósito de alimentos e dos seis banheiros destinados aos estudantes, incluindo a colocação da bancada de mármore para a troca de fraldas no banheiro (térreo) das PCDs. Após essa grande reforma, fizeram-se apenas serviços de manutenção e compra de equipamentos e utensílios conforme a necessidade de cada ano.

Em 2019, foram trocados todos os quadros de murais de madeira e feltro por quadros de cerâmica. O antigo laboratório da Ciência em Foco foi dividido e transformado em duas salas de aula para atender às Classes Especiais. Com a saída das duas Classes Especiais, as duas salas funcionaram para aulas de reforço e para atividades de Educação Física, uma vez que ainda não tínhamos a quadra de esportes. Em 2023, foi feito o muro anexando a quadra de esportes à área da escola. Para 2024 o objetivo é fazer a reforma da quadra, colocando cobertura, arquibancada, banheiros e mais uma sala de múltiplas atividades.

A sala de Informática fica no térreo, estava desativada desde o início de 2018, por falta de recursos humanos e serviços de consertos e manutenção dos equipamentos ou substituição por equipamentos mais atualizados. Em 2022, passou por reforma da estrutura física com recursos provenientes de verba parlamentar. Em 2023 conseguiu-se nova verba parlamentar e trinta e cinco novos computadores já estão em fase de instalação, e a reinauguração desse laboratório deve ocorrer ainda no 2º bimestre de 2024. Também foram instalados dois aparelhos de ar condicionado no laboratório de informática.

Em 2020, foi feita a pintura de todo o prédio escolar e muros, reparos na caixa d'água e bomba d'água, ampliação do número de tomadas na sala dos professores, na sala de coordenação e direção; foram instalados ventiladores em todas as salas de aula. Foram feitos consertos em parte das canaletas de chuvas no pátio aberto interno. Também se fez revisão no sistema de iluminação de todo o prédio e substituição das lâmpadas queimadas.

Em 2021, foi instalado um bebedouro no pátio superior e trocou-se todas as torneiras da escola por torneiras automáticas, medida preventiva em razão da pandemia da COVID-19 e o



possível retorno às atividades presenciais ou híbridas. Também foram colocadas fechaduras antivandalismo em todas as portas das salas de aula e da Sala de Leitura. Com o retorno presencial, foi necessário comprar mais mesas e cadeiras plásticas para servir o lanche no pátio e possibilitar o distanciamento entre os estudantes no momento das refeições.

Em 2022, 2023 e 2024, iniciou-se o ano letivo com atividades 100% presenciais, observando-se os protocolos de biossegurança recomendados pelas autoridades competentes no assunto para contenção da disseminação do coronavírus.

4. Diagnóstico da realidade da Unidade Escolar

O Centro de Ensino Fundamental 03 de Brazlândia, localizado na quadra 46 da Expansão da Vila São José, faz parte da Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia. Esse novo bairro surgiu em meados de 1994, a partir de uma invasão de terras. Sendo uma comunidade de zona periférica, percebe-se a carência de serviços públicos, ainda não consolidados como, por exemplo, poucas viaturas fazendo rondas ostensivas; há uma unidade básica de saúde, mas sempre faltam médicos, calçadas sem sinalização de pavimentação de piso tátil, poucas rampas de acessibilidade.

Na região, faltam espaços recreativos e opções de lazer para os jovens que, quando não estão na escola, ficam com o tempo ocioso, sem opções de atividades culturais ou lazer e poucos espaços para práticas esportivas ou cursos profissionalizantes. Há na cidade, apenas um Centro Olímpico e alguns projetos sociais desenvolvidos por membros da comunidade com atividades de capoeira, jiu-jitsu, Kung-Fu Whusu ou escolinhas de futebol, que, devido a falta de espaços físicos adequados para desenvolverem os trabalhos, atendem a um número pequeno de crianças e adolescentes, nos quintais ou garagens de suas residências, em salas de instituições religiosas ou nas poucas quadras de esportes existentes nas redondezas.

A Escola Técnica de Brazlândia, situada na Vila São José, foi inaugurada em 09/02/2021, mas ainda não oferece cursos profissionalizantes que atendam ao público da faixa etária dos alunos do CEF 03, uma vez que se trata de alunos que estão cursando o ensino fundamental. Destaca-se que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os cursos concomitantes para os que estão cursando o ensino médio e subsequente são apenas para os que já concluíram essa etapa.

Na comunidade, em que está localizado o prédio do CEF 03, como em várias regiões periféricas do Distrito Federal, ainda se observa a existência de tráfico de drogas, disputas de gangues, roubos, brigas, desemprego, falta de alimentos e tantos outros problemas sociais típicos das periferias. Esses fatores se configuram em vertentes que dificultam as práticas educativas dentro e fora do ambiente escolar, potencializando o baixo rendimento, a evasão escolar e até aumento dos índices de reprovação. Isso faz com que a comunidade escolar precise passar por orientações constantes sobre mediação de conflitos a fim de se construir um ambiente produtivo e humanizado, promovendo, assim, a cultura de paz.

Em levantamento realizado com pais e alunos através de documentos de pesquisa para a construção deste Projeto Político Pedagógico, percebe-se que a escola é bem avaliada pela comunidade escolar, que reconhece e respeita o trabalho desenvolvido por todos da instituição. Esse colegiado faz apenas algumas ressalvas quanto ao compromisso dos alunos com os estudos, à falta de espaços adequados para a prática de atividades de Educação Física. A comunidade aguarda ansiosa a reforma da quadra anexada às dependências da escola.



Quanto às questões pedagógicas, toda a comunidade escolar mostra-se preocupada com a recuperação das aprendizagens dos alunos, ocasionada pelo período pandêmico e que levará algum tempo para ser corrigida. Soma-se à defasagem, as dificuldades nas habilidades de leitura/escrita/interpretação de textos e cálculos simples que já eram apontadas pelo sistema de avaliação diagnóstica e exames nacionais como SAEB antes mesmo da pandemia, um número crescente de estudantes com problemas socioemocionais e ou exposto a telas, diminuindo o interesse e o tempo destinado às atividades escolares, com alguns estudantes optando pela evasão e reprovação escolar.

Em 2024 ainda não foi aplicada a Avaliação Diagnóstica da SEEDF. A fim de orientar a prática pedagógica e traçar estratégias metodológicas para abordar os conteúdos em sala de aula, neste ano, foi realizada no início do processo a avaliação diagnóstica elaborada pelos professores regentes. Após análise dos dados coletados nessas atividades, perceberam-se fragilidades nas habilidades de leitura e interpretação de textos; na ortografia e até mesmo problemas com a caligrafia. Também apresentaram muitas dificuldades para realizar operações de cálculos simples, utilizando as quatro operações básicas da matemática.

Outro fator que interfere no processo de ensino e aprendizagem é a infrequência ou evasão escolar. Nessa U.E. a equipe gestora, a Orientação Educacional e os professores preocupam-se com a frequência dos estudantes, buscando meios de garantir o acesso e a permanência dos discentes na escola, realizando buscas ativas, por meio de ligações telefônicas, mensagens e ou ligações por whatsapp, procura por redes sociais daqueles que ainda não estavam frequentando as aulas e, quando não encontrados por meio dessas ações, encaminha-se lista dos não localizados ao Conselho Tutelar a fim de que os procure por outros meios.

A busca ativa pelo estudante que se encontra matriculado nesta UE é constante e rotineira, objetivando o cumprimento da **Meta 2** do PDE (2015/2024):

Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.

Com essa busca, o índice de evasão escolar minimizou-se; havendo, pois, o retorno daqueles que, por alguma razão, não estavam frequentando as aulas. Após aplicação de atividades diagnósticas para constatação das fragilidades desses alunos, a equipe pedagógica da escola juntamente com os professores definiram estratégias para recomposição das aprendizagens por meio de intervenções: aula de reforço, reagrupamento intraclasse e interclasse, atividades diversificadas.

Outro fator que interfere no processo de ensino-aprendizagem é a baixa participação dos pais na vida escolar dos filhos. A participação da família consiste em acompanhar todo o processo de aprendizagem em que os alunos estejam envolvidos, participar não só das reuniões de pais ao fim dos bimestres como também das extraordinárias, reservar períodos diários ou alternados de estudos em casa etc. Infelizmente, grande parte dos responsáveis pelos alunos não participam das reuniões tampouco comparecem à unidade escolar quando convocados, o que compromete significativamente a materialização das atividades pedagógicas.

Isso se explica pelo fato de os pais geralmente trabalharem em outras cidades do Distrito Federal ou em área rural de Brazlândia, e os filhos, na maior parte do tempo, ou ficam em casa sob a responsabilidade de irmãos mais velhos, ou deixados aos cuidados de parentes ou até de vizinhos no turno em que não estão na escola. Nesse contexto, os que se destacam são exemplos de superação, porquanto aprender em meio às dificuldades, inclusive, às adversidades financeiras e



socioemocionais tão presentes nos lares, é um grande desafio.

A fim de amenizar essa fragilidade, a gestão escolar, entretanto, tem se esforçado para reverter essa situação, ora convidando, ora convocando os pais para palestras formativas (SOE, EEAA ou palestrantes convidados) ou para reuniões da Assembleia Geral da UEx para participarem não só das deliberações acerca das atividades pedagógicas, mas também da fiscalização e deliberações sobre o uso dos recursos financeiros da escola.

Outro fato recorrente na escola, o qual reflete no desenvolvimento de trabalho pedagógico contínuo, é o alto índice de rotatividade de professores, os quais atuam em regime de contratação temporária - cerca de 93% dos que se encontram em atividade de regência. De certa forma, isso pode dificultar o bom andamento das atividades desenvolvidas na escola, pois, a cada ano letivo, o corpo docente da escola se renova, seja por professores substitutos ou por professores efetivos recém-empossados, os quais são movimentados no processo de remanejamento externo, em razão de diversos fatores, dentre eles, a distância entre suas residências e o local de trabalho. O ano letivo de 2024 teve início com aproximadamente 93% de professores substitutos.

Essa "descontinuidade" pode ser vista como um fator que contribui para um menor envolvimento dos docentes com a escola, pois, pelo fato de "estar de passagem", não têm tempo para se ambientar e participar - na íntegra - dos projetos da escola tampouco da vivência dos alunos ao longo dos quatro anos em que cursam os anos finais do ensino fundamental. Dessa forma, é difícil desenvolver um trabalho pedagógico holístico, contínuo e coerente com a realidade sociocognitiva dos estudantes, o que interfere não só na construção do conhecimento, mas também na própria identidade da escola.

O CEF 03 sempre incentiva os estudantes à participação em eventos e concursos de conhecimentos variados, como circuitos científicos, olimpíadas ou gincanas. A escola obteve resultados positivos nas duas Olimpíadas do Conhecimento de que participou: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e a Olimpíada de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro.

No ano de 2016, a aluna EMILLEN foi premiada com a medalha de Bronze na Olimpíada de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro, desenvolvida pela parceria pelo Ministério da Educação, do Itaú Social e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e foi para a fase semifinal em evento ocorrido em Salvador-BA, com as despesas todas pagas pelos organizadores das Olimpíadas.

Em 2020/2021, mesmo com as dificuldades do ensino remoto/híbrido, o estudante Rafael, 7º ano E, conseguiu a medalha de bronze na OBMEP, mostrando superação diante de novos desafios.

Seguem as premiações da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) a partir de 2016:

ANO	NÍVEL	PRATA	BRONZE	MENÇÃO HONROSA
2016	1	00	02	02
	2	00	00	03
2017	1	01	00	01
	2	00	00	03
2018	1	00	00	03
	2	01	01	01



2019	1	00	00	01
	2	00	00	01
2021	1	00	01	03
	2	00	00	05
2022	1	00	00	00
	2	00	00	02
2023	1	00	00	00
	2	00	00	02

Em 2018, unidade de ensino participou do VIII Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal, e chegou à Etapa Distrital com o Projeto “Gente Nasceu Para Brilhar Não Para Passar Fome” (Fábrica de Pão), do qual participaram as professoras Ângela Costa, Aline Cristina e estudantes do sexto e do sétimo ano, com destaque para os estudantes: ANA CLARA, GEOVANE, GEOVANA VITÓRIA, KARINA, KEMILY, LETÍCIA, NATHÁLIA, VITÓRIA (sobrenomes excluídos em razão da LGPD).

Tais premiações foram bastante comemoradas e divulgadas na escola, a fim de que, reconhecendo o esforço dos estudantes premiados, outros se interessem em participar e ter aprendizagem ressignificada de maneira diversa e lúdica.

No ano de 2022, os estudantes participaram da 2ª Gincana de Sustentabilidade da Comissão A3P CBMDF, uma parceria entre Grupamentos de Bombeiros Militares (GBM s) e Escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). O objetivo da gincana foi produzir uma mentalidade forte de educação ambiental e uma consciência preventiva de acidentes domésticos e contra incêndios em geral. Além do recolhimento de recicláveis (frascos de vidro transparente com tampa, tampa plástica, lacres de alumínio das latas metálicas, equipamentos eletrônicos, pilhas e baterias), houve também o concurso de trabalhos manuais realizados pelos alunos (Desenho e/ou pintura) Tema 1 – Preservação do meio ambiente Tema 2 – Profissão Bombeiro Militar, no qual uma aluna do 7º ano D ficou em primeiro lugar. No resultado geral, a escola ficou em 8ª colocação e teve como premiação um passeio ao Clube dos Bombeiros para a turma vencedora e quatro computadores doados pela Reciclotech para uso da escola. Um foi instalado na sala de Coordenação, um na Sala dos Professores, um na sala da Orientadora Educacional e um no Laboratório de Ciências Naturais.

5. Função Social da Escola

O CEF 03 de Brazlândia busca ofertar educação escolar pública, apoiada nos princípios éticos, inclusivos e democráticos que despertem o protagonismo do estudante e proporcionem o desenvolvimento das potencialidades humanas: cognitivas, físicas, afetivas e sociais.

Através das ações propostas nesse documento, espera-se que os alunos tenham formação escolar necessária para interferir em sua comunidade, participando das decisões, buscando soluções, mantendo boa convivência, desenvolvendo valores morais, éticos e de respeito à diversidade, ou seja, tornem-se cidadãos críticos, conscientes do seu papel na sociedade, mostrando seu protagonismo juvenil na construção de um mundo melhor por meio de ações presenciais ou nos meios de comunicação virtuais/digitais/impressos.



6. Missão da Unidade Escolar

O atual contexto social possui prioridades e exigências diferentes de épocas passadas, e a escola passa a ser o espaço em que as relações humanas são moldadas, deixando de ser o lugar no qual professores apenas transmitem um acervo de conhecimentos para gerações mais novas. Para atender as necessidades desse contexto, se faz urgente a formação de indivíduos capazes de interagir com o outro de forma eficaz utilizando, para esse fim, diversos tipos de linguagens, de que o meio social dispõe.

A fim de melhor preparar os alunos para interação com o mundo à sua volta, a escola assume um caráter mais formador, compreendendo o indivíduo em sua totalidade, sem perder de vista a singularidade de cada sujeito. É missão de a escola aprimorar valores e atitudes éticas e sustentáveis, reconhecer e respeitar a diversidade humana, despertar a curiosidade intelectual nos alunos, capacitando-os a buscar informações, onde quer que estejam, para que possam utilizá-las no cotidiano, seja nas interações presenciais ou nas mediadas pela tecnologia.

Em linhas gerais, o CEF 03 de Brazlândia tem por missão promover ao corpo discente ensino de qualidade vinculado às práticas sociais, o qual estimule e desafie a sempre aprender e/ou resolver conflitos tendo como âncora conhecimentos construídos ao longo da vida social e escolar, de forma crítica, considerando as potencialidades de cada aluno, sem perder de vista suas especificidades. Para isso, propõe aos estudantes atividades que conduzam ao desenvolvimento da consciência de si mesmos, do ambiente social em que estão inseridos e do senso crítico, possibilitando que se tornem agentes de transformação social.

7. Princípios Orientadores da Prática Educativa

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), artigo 205, considera que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, o CEF 03 entende que a educação seja voltada à preparação do estudante para o mundo e suas contradições, dando-lhes condições de adquirir conteúdos, de socialização e de participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido pela escola deve compreender os princípios instituídos na CF de 1988, artigo 206:

- a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- gratuidade do ensino público;
- valorização dos profissionais da educação escolar, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei 9.394/96) lista os princípios e a finalidade da Educação Nacional:

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

- Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. [\(Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. [\(Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018\)](#)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. [\(Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021\)](#) (planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

Esses princípios são adotados para nortear as atividades desenvolvidas pelos professores e toda a comunidade escolar na execução das atividades pedagógicas da escola. Destaca-se também que essas normas foram observadas também na elaboração do Currículo em Movimento da SEEDF, que os dissemina em seus fundamentos epistemológicos.

8. Metas da Unidade Escolar

- a) Diminuir o índice de reprovação escolar por meio do desenvolvimento de projetos interventivos que possam consolidar as aprendizagens no processo de ensino e aprendizagem durante todo o ano letivo, não só em momentos de término de bimestre;
- b) Ampliar as estratégias de busca ativa para, em curto prazo, diminuir o índice de evasão escolar, utilizando toda a rede de apoio que se fizer necessária;
- c) Desenvolver projetos interventivos para auxiliar os estudantes, que por razões diversas, chegaram ao ensino fundamental – anos finais sem saber ler e ou escrever;
- d) Fortalecer por meio de atividades variadas e contínuas a formação do hábito de leitura e escrita dos estudantes, como recurso que fortalece o processo de multiletramento de todos os alunos.

9. Objetivos

Segundo o Currículo em Movimento da Educação Básica, os objetivos do Ensino Fundamental estão pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ressignificados pelas Diretrizes Pedagógicas desta Secretaria de Educação. São eles:

- Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.
- Promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e



do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos.

- Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos históricos, geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial.
- Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes.
- Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo infanto-juvenil.

Em consonância com as orientações acima, o CEF 03 assume, neste PPP, o compromisso com os seguintes objetivos:

9.1. Objetivo Geral:

A formação integral dos estudantes por meio do desenvolvimento das suas potencialidades físicas, cognitivas, sociais e afetivas, ofertando aprendizagem significativa dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) de maneira contextualizada, desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos, reflexivos e atuantes na sociedade em que vivem, a fim de transformá-la, exercendo cidadania, conscientes dos direitos e respeitando a educação para a diversidade, direitos humanos e para sustentabilidade.

9.2. Objetivos Específicos:

- Oferecer aos alunos, espaços, oportunidades e ferramentas que os transformem em cidadãos livres, ativos, conscientes, capazes de conviver em sociedade, entendendo e interpretando o seu dia a dia.
- Elevar o desempenho acadêmico dos alunos; garantindo aprendizagem exitosa e em diferentes oportunidades,
- Proporcionar espaços para o estudante agir com autonomia, solidariedade e responsabilidade com ele próprio, com a família, com as instituições das quais participa e com a comunidade em geral;
- Exercitar com os alunos valores morais, éticos e sustentáveis de nossa cultura; o respeito pelo conhecimento e opiniões de terceiros e o uso do diálogo na mediação de conflitos e de tomada de decisões e o respeito pela ordem democrática;
- Proporcionar vivências para o cultivo de valores e da realidade sócio cultural da comunidade escolar, exercendo sua cidadania; compreendendo sua realidade e participando de suas relações sociais, políticas e culturais diversificadas;
- Valorizar a pluralidade do patrimônio sócio cultural, local, regional, nacional e universal e de repudiando a qualquer tipo de discriminação;
- Exercer a criticidade, a criatividade e a intuição nos questionamentos à realidade e na seleção de procedimentos de encaminhamentos de soluções.
- Resolver e mediar conflitos entre si e seus pares, estabelecendo diálogos de respeito à diversidade e à pluralidade.



10. Fundamentos Teórico-metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa

De acordo com as Diretrizes, a iniciativa de implementação do ciclo nas séries finais, visa promover a permanência dos estudantes na escola, assegurando a progressão continuada das aprendizagens. Essa permanência é sustentada por uma concepção de avaliação que busca aprimorar constantemente o processo de ensino e de aprendizagem em todas suas dimensões, reconfigurando os espaços e os tempos em que as aprendizagens acontecem como um movimento inerente à ação pedagógica, uma avaliação formativa contrária à lógica seriada.

A Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) em ciclos, na escola, assenta-se na possibilidade de se recorrer às pedagogias diversificadas a fim de contemplar os múltiplos modos de aprender, tendo como base os preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural (SAVIANI, 2007), concepções teórico-metodológicas do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF que consideram que o processo de ensino e aprendizagem parte das práticas sociais nas quais professores e estudantes estão inseridos. Por meio dessas práticas sociais, as aprendizagens podem ser construídas de forma contextualizada, dinâmica e problematizadora.

Além desses referenciais, o Projeto Político Pedagógico dessa unidade escolar também está pautado nas perspectivas apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 – LDB, as quais determinam que as unidades escolares, respeitando as normas e propostas de seus sistemas de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar seu projeto político pedagógico, dentro dos preceitos da gestão democrática. Desse modo, esse documento norteador, ganha novas vozes e - sob variadas concepções de educação, sociedade e ser humano - envolve a coletividade e o saber sistematizado.

Reitera-se, ainda, que o PPP dessa instituição compreende as temáticas apresentadas pela SEEDF fundamentadas nos pilares da Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade Humana, Educação Integral, Educação em Direitos Humanos, Educação em Diversidade e Educação Física e Desporto Escolar. Os pilares citados são trabalhados de forma interdisciplinar, ao longo das aulas e desenvolvidos por meio de projetos específicos realizados pela escola.

10.1. Fundamentos Didático-Pedagógicos

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer ação didática e pedagógica sustentada em eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Considerando a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe ainda eixos integradores: alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental (Currículo em Movimento, p.14), que viabiliza desenvolvimento de um trabalho mais dinâmico, atrativo e articulado ao mundo real.

Para que o currículo seja vivenciado e reconstruído no cotidiano escolar, a organização do trabalho pedagógico da escola é imprescindível. A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser desafiadora e provocadora, levando em conta a construção dos saberes dos estudantes, suas hipóteses e estratégias na resolução de problemas apresentados.

Entende-se que o processo de ensino-aprendizagem deve ter como finalidade possibilitar a



todo ser humano condições de elaborar pensamentos autônomos e críticos formulando o seu próprio juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. Para tanto, não se deve excluir os conteúdos sistematizados, elaborados cientificamente, mas ressignificá-los e relacioná-los à realidade dos educandos associados à sua experiência de vida.

Respeitando também a diversidade e desenvolvendo a política de Inclusão dos alunos PCD's (Pessoa com Deficiência), o CEF 03 atende a estudantes PCD's em classes regulares de ensino, objetivando a inclusão e a troca de experiência promovida por esta diversidade. Para esses alunos, são feitas adequações do conteúdo do currículo e seleção de técnicas e instrumentos de avaliação, em consonância com a legislação vigente que trata desse tema, que possibilitem aos professores verificar o que o aluno foi capaz de apreender e de aprender, quais suas dificuldades e potencialidades.

De acordo com o Decreto nº 7.611, de 2011, são objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos,
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Vale ressaltar que, para melhor desempenho das atividades, é necessário que a escola ofereça um ambiente, não só bem estruturado e dotado de equipamentos e recursos audiovisuais adequados para desenvolvimento de ensino-aprendizagem, mas que, sobretudo, existam condições que facilitem um trabalho harmonioso e interativo, para construção de conhecimentos de forma prazerosa e significativa.

Portanto, a busca de uma escola que implique em:

- Vivência de valores permanentes e cotidianos;
- Formação de homens e mulheres, com novos valores éticos;
- Acompanhamento do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Integração, participação, sustentabilidade e ética;
- Consciência da responsabilidade de preparar o educando para os desafios do mundo e para o mercado de trabalho;
- Vivência da solidariedade e cidadania como valores que precisam ser compreendidos e apreendidos;
- A prática da inclusão e da diversidade, em detrimento ao preconceito racial, religioso, socioeconômico, cultural, de gênero e da pessoa com deficiência;
- A socialização do saber;
- O exercício da pedagogia do diálogo e do respeito às diferenças individuais.

Para tanto, o currículo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, as Diretrizes e Orientações Pedagógicas, bem como os programas e os planos de ensino, serão considerados como norteadores para criação, apropriação, sistematização, produção e recriação do saber. Esses normativos são determinantes para direcionar o trabalho pedagógico e garantir desenvolvimento social, cognitivo, ativo e psicomotor dessa clientela. Dessa forma, torna-se possível efetivar padrões de qualidade e garantir acesso ao saber de forma mais igualitária.



11. Organização Curricular da Unidade Escolar

O currículo do CEF 03 tem como compromisso a inclusão de atividades, assuntos e temas que possibilitem a análise e compreensão crítica da realidade, estabelecendo uma ligação entre o pensamento científico e o pensamento humanista, compreendendo, respeitando e valorizando as diversidades, talentos, potencialidades e aptidões em cada indivíduo. Espera-se, assim, que o currículo seja capaz de atribuir significados e evidenciar a utilidade dos conhecimentos para a vida prática dos estudantes.

Partindo do princípio da interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade, a proposta ora apresentada busca o desenvolvimento de trabalho pedagógico por meio de projetos, a partir da escolha coletiva de um tema gerador com objetivos comuns e a inter-relação entre os componentes curriculares. Essa metodologia de ensino consiste basicamente no trabalho coletivo e no princípio de que as várias ciências devem contribuir para o estudo de determinados temas que orientam todo o trabalho escolar, respeitando a especificidade de cada área do conhecimento, e procurando superar a fragmentação dos saberes.

Para uma organização curricular respaldada nos documentos orientadores, também é preciso considerar o que é estabelecido pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), nela encontram-se orientados os conhecimentos, competências e habilidades, que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Uma vez que a BNCC é também orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Sendo assim, este projeto político pedagógico respalda-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as Orientações Curriculares, que orientam o desenvolvimento de trabalho pedagógico que trate de temas relacionados à vida humana. No demais, inclui também os seguintes eixos apontados pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal:

Eixos Integradores: Ludicidade e Letramento

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Ludicidade e Letramentos. Entende-se que eixo é o elo que integra as áreas do conhecimento, sustenta a construção crítica do conhecimento à luz dessas áreas, além de articular objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem. Nesse processo, o aluno aprenderá por meio de dinâmicas lúdicas que envolvem os conteúdos propostos - que devem estar articulados entre si -, aprendem a utilizar o conhecimento adquirido em práticas sociais a serem reproduzidas, intencionalmente, em sala de aula, a fim de resultar no desenvolvimento de proficiência leitora e escritora em situações de letramentos envolvidas pela ludicidade. Esses eixos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. É essa organização que proporciona intervenções didáticas em atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes.

12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar

Desde 2017 que o CEF 03 se programou e passou a desenvolver a Organização Escolar em Ciclos, amparada legalmente pelos artigos 23 e 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Nacional – LDBEN nº 9.394, de dezembro de 1996, que versam:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (Artigo 23, LDB: 9394/96)

É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. (artigo 32 §2º, da LDB: 9394/96)

Implantada em diferentes países (Inglaterra, Escócia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia) e em vários estados brasileiros (Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul), essa forma de organização escolar se apresenta como uma alternativa à organização escolar na Educação Básica que amplia as oportunidades de aprendizagem, pois possibilita período de tempo suficiente para aquisição de aprendizagens e aplicação das habilidades esperadas em práticas pedagógicas contextualizadas.

De acordo com as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal em 2014, o 3º Ciclo para as Aprendizagens pretende aprimorar constantemente os processos de ensinar, aprender e avaliar, tendo como princípio basilar a garantia das aprendizagens para todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Dessa forma, torna-se possível não só construir aprendizagens *s i g n i f i c a r i v a s* como também avaliar de forma mais ampla todo o processo pedagógico.

Seguindo as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens:

"A organização escolar em ciclos apresenta outra sistematização para os espaços e tempos escolares com vistas às aprendizagens. No bojo dessa proposta, ganham relevância a avaliação formativa e a reorganização do trabalho pedagógico, que devem realizar-se coletivamente com, entre e para os sujeitos envolvidos na ação educativa. Assim, o trabalhopedagógico, na lógica dos ciclos, fundamenta-se na concepção de currículo integrado e de educação integral e na valorização do trabalho interdisciplinar na construção do conhecimento, considerando as múltiplas inteligências e os diversos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos."(2014, p.8).

Com o objetivo de não interromper o processo de aprendizagem, o 3º Ciclo para as Aprendizagens adota o princípio da "progressão continuada, que é básico nesse modo de organização e pressupõe avanço nas aprendizagens dos estudantes, diferentemente da chamada promoção automática, caracterizada pela aprovação dos estudantes nos anos escolares independente da conquista das aprendizagens".

12.1. Organização dos tempos e espaços

O CEF 03 tem seu trabalho pedagógico organizado de forma a fortalecer o 3º Ciclo para as Aprendizagens, por meio de estratégias didático-metodológicas direcionadas para a aprendizagem contextualizada, integrada e significativa, mediante a realização de projetos pedagógicos com temas voltados para a realidade dessa comunidade escolar. Atende estudantes dos Anos Finais (3º Ciclo Para as Aprendizagens), nos turnos matutino e vespertino:



Número de professores por turma	Número de sala de aulas utilizadas		Número de turmas cadastradas	Número de alunos matriculados
11	MATUTINO	VESPERTINO	21	454
	12	09		

Turno matutino (das 07h30min às 12h30min)	
Ano/Etapa/Bloco atendido: 6º ano (1ª Etapa do 1º Bloco do 3º Ciclo)	Ano/Etapa/Bloco atendido: 7º ano (2ª Etapa do 1º Bloco do 3º Ciclo)
Número de Turmas: 06 (6º A, B, C, D, E, F)	Número de Turmas: 06 (7º A, B, C, D, E, F)
Número de alunos: 101	Número de alunos: 127
Turno: vespertino (das 13h às 18h)	
Ano/Etapa/Bloco atendido: 8º ano (1ª Etapa do 2º Bloco do 3º Ciclo)	Ano/Etapa/Bloco atendido: 9º ano (2ª Etapa do 2º Bloco do 3º Ciclo)
Número de Turmas: 05 (8º A, B, C, D, E)	Número de Turmas: 04 (9º A, B, C, D)
Número de alunos: 119	Número de alunos: 107

Equipe de Professores

A equipe de professores regentes é composta por 26 professores, sendo 25 professores substitutos e 01 professor efetivo (20 horas com redução de carga), distribuídos conforme a área de formação/atuação. Além dos professores regentes, a carreira do magistério público desta UE possui ainda uma professora de História Readaptada que trabalha na Sala de Leitura (aguardando aposentadoria para o primeiro semestre de 2024), uma pedagoga Orientadora Educacional; uma professora de Língua Portuguesa desempenhando o cargo de Vice-Diretora; uma de História atuando como Diretora; um professor de Matemática, na função de Supervisor Pedagógico.

Segundo Art. 301, do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal:

O Corpo Docente da unidade escolar é constituído por professores legalmente habilitados e pertencentes à Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Parágrafo único. Podem, ainda, atuar, em caráter de substituição, professores não pertencentes à Carreira Magistério Público, para atendimento a situações emergenciais ou de excepcional ausência de professor titular, contratados temporariamente com base na legislação vigente.

Abordando ainda a questão espaço não há auditório na UE, há apenas uma sala de multimídia que comporta cem pessoas. Nela há um telão, data show fixo, um computador e bancos



já disponíveis. Para usá-la existe um arquivo para que o professor faça a reserva do espaço com no mínimo três dias de antecedência. A escola dispõe de mais cinco projetores do tipo datashow para os professores usarem em sala, também mediante agendamento para evitar problemas de planejamento. O sétimo datashow já é fixado na sala de informática, onde também já existe um telão fixo. E o oitavo será fixado no laboratório de Ciências Naturais.

Em caso de palestras e eventos maiores, é utilizado o pátio coberto próximo à Direção, mesmo local onde são servidas as refeições, uma vez que também não se tem refeitório.

Uniforme

Para melhor identificação e segurança de toda a comunidade escolar utiliza-se o uniforme oficial proposto pela SEEDF, que no ano de 2023, foi doado aos estudantes de toda a rede pública do Distrito Federal. Os estudantes receberam o kit com cinco peças de verão, contendo duas bermudas, duas camisetas de meia manga e uma camiseta regata e o kit de inverno (calça e casaco). Em 2024 ainda não houve a entrega dos uniformes para esta UE.

12.2. Relação escola-comunidade

A gestão democrática é um dos métodos que se observa no CEF 03. A participação de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais ou responsáveis, equipes gestora e pedagógica e, demais servidores) é priorizada nas decisões da escola, sejam demandas pedagógicas, financeiras, administrativas etc. Mantém-se escuta ativa de todos os membros da comunidade escolar, há canais de comunicação que facilitam a chegada de informações ou esclarecimentos de dúvidas (atendimento presencial, telefone fixo, grupos de whatsapp, instagran).

Há alguns pais que são ausentes da vida escolar dos filhos e, em muitos casos, se faz necessário acionar órgãos de apoio como o Conselho Tutelar e o Ministério Público.

Para regulamentar as relações entre a comunidade escolar se utiliza o Regimento da Rede Pública do Distrito Federal, aplicando, quando necessárias, as medidas disciplinares de caráter pedagógico orientadas no Regimento da Rede Pública do Distrito Federal, Seção II, artigos 310 ao 312, observando todos os incisos e parágrafos neles contidos.

12.3. Relação teoria e prática

Em consonância com a concepção do Currículo em Movimento, o CEF 03 também pauta seu trabalho nos pressupostos da Teoria Crítica de Currículo, uma vez que são considerados na organização curricular conceitos como ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, currículo oculto, resistência. Isso possibilita ao aluno pensar não só em questões voltadas à vida social e também na importância do conhecimento crítico desses conceitos nas relações interpessoais, desenvolvendo assim o pensamento crítico, autônomo e emancipatório.

Em síntese, a intenção é que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento crítico, considerando as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente, nos espaços em que há interesses de classes. (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 2018).



O Dicionário Online de Português apresenta várias definições para a palavra teoria, entre elas: “Conjunto de regras, de leis sistematicamente organizadas, que servem de base a uma ciência; essas regras.”, e prática “Tudo o que se consegue realizar, executar, fazer; exercício.”. Observa-se que a teoria sem a prática não traz conhecimento desejado e a prática sem auxílio de teoria torna-se muitas vezes exaustiva, enfadonha e desinteressante.

Assim, cabe ao professor conhecer as teorias da educação e desenvolver métodos que propiciem uma aprendizagem por meio de atividades práticas que potencialize o conhecimento sistematizado para que o aluno seja o sujeito no processo de ensino e aprendizagem.

12.4. Metodologias de ensino

Segundo as Diretrizes Pedagógicas para os Ciclos, a organização escolar em ciclos tem demonstrado que pode contribuir para atenuar as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento dos estudantes durante seu percurso escolar ao propor constantes intervenções pedagógicas, respeitando os ritmos e processos diferenciados de aprendizagens dos estudantes. As intervenções têm por objetivo o atendimento aos alunos, em sala de aula ou no contraturno, em aulas de reforço, a fim de amenizar suas fragilidades em algum componente curricular ou conteúdos nos quais o estudante apresentou alguma dificuldade.

Entendendo metodologia de ensino como o conjunto de técnicas e processos que podem promover a formação para estudantes em áreas específicas do conhecimento, esta UE adota o método da Pedagogia Histórico-Crítica, seguindo as orientações das Diretrizes Pedagógicas (2016, p.14):

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, as aprendizagens se constituem a partir de movimentos dialéticos entre os indivíduos e as diversas realidades sociais (SAVIANI, 2003). O 3º Ciclo para as Aprendizagens acolhe essa perspectiva à medida que questiona a escola como aparelho ideológico do Estado que fortalece estruturas sociais dominantes, determinando as oportunidades de acesso ao capital cultural estabelecido. Uma escola fundamentada numa concepção política e pedagógica que silencia a diversidade cultural colabora para a manutenção de um sistema excludente, padronizando a maneira como os sujeitos históricos lidam com os conhecimentos escolares. Por outro lado, a partir do momento em que a escola reflete sobre sua prática e sua função social, coloca-se como instituição que se dispõe a contribuir para a emancipação do ser humano, propiciando oportunidades de desenvolvimento do estudante, garantindo seu acesso, sua permanência e sua progressão escolar.

Na Pedagogia Histórico-Crítica, o método de aprendizagem está pautado em cinco passos: prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social. O professor assume o papel de mediador social dos conteúdos científicos, intervindo, neste sentido, na formação dos processos psicológicos superiores dos discentes, ensinando-os a fazer o que não conseguem aprender sozinhos.

Para auxiliar os docentes, no CEF 03, durante as coordenações coletivas, os professores participam de cursos de formação continuada para discussões sobre planejamento de atividades, de estratégias de ensino-aprendizagem e de formas para desenvolver e aplicar diversos instrumentos de avaliação para os estudantes, sempre em conformidade com as orientações do Currículo em Movimento, organizando as formas de registros das avaliações e das intervenções didático-pedagógicas realizadas no diário de classe.

Os docentes ministram aulas de **reforço escolar** para os estudantes que apresentam baixo



rendimento nas avaliações ou demonstram dificuldades de aprendizagem ao realizar as atividades em sala de aula. O atendimento ocorre no contraturno, nas coordenações individuais, quando atividades extras e/ou lúdicas são disponibilizadas ao aluno para facilitar a compreensão dos conteúdos ministrados. A estratégia do reforço escolar possibilita o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento dos avanços didático- pedagógicos dos estudantes.

No CEF 03, a concepção de avaliação adotada segue o mesmo formato da proposta no Currículo em Movimento, a de avaliação formativa. O corpo docente é orientado a realizar os registros diários sobre o desempenho da turma diante dos conteúdos propostos, a fim de verificar os avanços e as eventuais fragilidades dos estudantes enquanto realizam as atividades propostas para cada aula. Após esses diagnósticos, os professores identificam os alunos que precisam ser convocados para o reforço em turno contrário ou aqueles que necessitam de atividades diferenciadas, a serem utilizadas no turno em que estudam, com o objetivo de alcançarem as aprendizagens esperadas.

Alternativa adotada pela escola para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos é o **reagrupamento intra e interclasse**, em que os alunos são agrupados de acordo com as necessidades de aprendizagem e interesses de cada um a fim de que os professores trabalhem atividades relacionadas à realidade de cada um, promovendo, assim, aprendizagens. No desenvolvimento dessas tarefas, os professores fazem as adaptações necessárias para que haja comunicação efetiva entre eles e os estudantes de modo que consigam realizar o dever do cotidiano. Nesses momentos, a interação entre estudantes é de suma importância, porquanto, por meio do compartilhamento de ideias, um auxilia o outro na execução das tarefas e na construção do saber.

Para escrituração do desempenho do corpo discente, a escola aderiu ao Registro Formativo de Avaliação (RAF), em que constam os dados pessoais do estudante, as habilidades adquiridas, ou não, ao longo das aulas, bem como as potencialidades, fragilidades, intervenções didáticas e pedagógicas com observações pertinentes, visando à promoção das aprendizagens, além das demais informações registradas no diário de classe. Esse documento orienta todo o fazer pedagógico, além de situar as famílias tanto acerca do trabalho desenvolvido com os alunos pela escola quanto dos avanços e dificuldades dos estudantes.

12.5. Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapas, segmentos, anos e/anos ofertados.

A organização pedagógica para o 3º Ciclo está dividida em 2 blocos: 1º Bloco (atuais 6º e 7º ano do Ensino Fundamental) e 2º Bloco (atuais 8º e 9º ano do Ensino Fundamental). No ciclo, a enturmação dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais (ANEE), acontece de acordo com a estratégia de matrícula proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS	
1º BLOCO (6º e 7º ano)	2º BLOCO (8º e 9º ano)
Estudantes com 11 e 12 anos de idade, com flexibilidade.	Estudantes com 13 e 14 anos de idade, com flexibilidade.
Possibilidade de reprovação no final do bloco (7º ano).	Possibilidade de reprovação no final do bloco (9º ano).



Em 2024 não há turma do Projeto SUPERACÇÃO, pois não há a quantidade mínima de estudantes defasados em idade/série para a formação de turma. Mas há alunos SUPERACÇÃO distribuídos nas turmas regulares, em cumprimento a Portaria nº. 133, de 15 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 34, de 16 de fevereiro de 2023, com base no disposto no Parecer n.º001/2023, do Conselho de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme Processo SEI 00080-00273609/2022-21.

13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar

Para fortalecer as práticas interventivas e as ações facilitadoras da aprendizagem na organização escolar em ciclos, a escola contará, em 2024, com os projetos já citados no item “Organização Curricular da Unidade Escolar” e com os seguintes projetos:

13.1. Direitos das Crianças e dos Adolescentes no Ensino Fundamental, Lei nº 11.525/07:

O currículo do Ensino Fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado conforme artigo 32, inciso IV, §5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

13.2. Semana da Conscientização do Uso Sustentável da Água nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013):

Realizada no período de 18 a 22/03-, a Semana de Conscientização do Uso Sustentável da Água tem por objetivo promover ações pedagógicas para conscientização da comunidade escolar, a respeito da situação da água potável em nossa sociedade, bem como sua conservação para as gerações futuras.

Ao longo dessa semana temática, os professores realizaram discussões sobre o tema à luz das áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Matemática, Ciências, Geografia, História e Educação Física -, o que teve como produto letramentos críticos variados. Logo após, os alunos produziram trabalhos diversificados sobre a água, somando a essa temática medidas de prevenção contra a dengue, período de muitas notícias sobre casos de dengue no DF e em outros estados brasileiros.

13.3. Semana de Educação para a Vida:

De acordo com a Lei 11.988/09 de 27 de julho de 2009, que institui a Semana de Educação para a Vida nas escolas públicas do país, todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública do Brasil realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida. A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente etc.

Assim como as demais semanas temáticas instituídas por lei específica, a Semana de



Educação para a Vida faz parte, anualmente, do Calendário Escolar e deverá ser aberta para a participação de pais, alunos e demais integrantes da comunidade escolar e local, com o objetivo de disseminar saberes inerentes aos eixos-temáticos para, dessa forma, conscientizar a população a importância de cuidar de si mesmo, incluindo cuidados com o próprio corpo, e do outro compreendendo suas singularidades, direitos e deveres na sociedade. Em 2024, a SEEDF estabeleceu a semana de 06 a 10 de maio de 2024.

13.4. Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais:

Pela Lei Distrital nº 5.714/2016 fica instituída e incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a “Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais”, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de março, a saber, de 4 a 08/03/24.

Durante as coordenações coletivas, a escola discutiu com os professores o tema e orientou-lhes que discutissem, em sala de aula, o tema proposto e realizassem atividades práticas sobre a importância da inclusão de alunos com necessidades educacionais em turmas regulares e a importância disso para a construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária.

A culminância dessa semana ocorreu no dia 08/03/24, com a apresentação do filme “O primeiro da classe”, de Peter Werner, que retrata a história de Brad Cohen, um cidadão que sofre de Síndrome de Tourette, uma doença neurológica sem cura que se manifesta na forma de movimentos repetitivos ou sons indesejados, ambos incontroláveis. Por causa disso, sofre bullying tanto de professores quanto de alunos, os quais consideravam que os sons emitidos por Cohen eram propositais. Depois de ter ciência sobre sua condição, a personagem acolhe a síndrome passando a referir-se a ela como companheira e, em seguida, durante um momento solene, o diretor da escola onde ele estudava realiza um trabalho de conscientização do corpo discente acerca da Tourette, o que minimiza significativamente a prática de bullying, mudando assim não só a realidade de Cohen, mas de toda escola. Isso fez com que ele mudasse de perspectiva e conseguisse concluir os estudos.

O filme traz importantes reflexões sobre a diversidade de pessoas e como a sociedade deve agir para que todos vivam em grupos sociais harmonicamente e felizes. Esse tipo de trabalho deve ser executado pela escola enquanto instituição social a fim de conscientizar os alunos sobre quais comportamentos devem ser materializados para que possamos construir um mundo melhor.

Após assistir ao filme, os professores discutiram com o corpo discente as ideias principais e realizaram trabalhos como cartazes, textos de campanha comunitária, poemas etc. disponibilizando-os em murais.

13.5. Programa Educador Social Voluntário (ESV):

Programa da Secretaria de Educação que tem como objetivo ampliar o suporte às atividades de educação integral e atendimento educacional especializado. O programa é destinado a estudantes de ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e universitários, além de pessoas da comunidade com habilidades em atividades culturais, artísticas, desportivas, ambientais, culturais e de serviços gerais, com exceção de limpeza e vigilância.



O processo seletivo para contratação desses profissionais ocorre por meio de prova de títulos em que são considerados cursos profissionalizantes relacionados à educação, graduação e experiência profissional. Cabe às unidades de ensino a avaliação desses documentos em plataforma específica, e cujos resultados são disponibilizados aos interessados no mural da escola, nas redes sociais (facebook, Instagram, etc.) em atendimento ao princípio de publicidade. Havendo necessidade de a escola comunicar e enviar para CRE, via SEI, a lista dos classificados na seleção e a Regional é quem convoca os aprovados conforme lista de classificação.

A idade mínima para ser voluntário varia de acordo com a especialidade da escola. Os candidatos interessados em atuar nas unidades escolares, que ofertam educação integral, devem ter idade mínima de 16 anos, e para atuação nas unidades de atendimento educacional especializado, 18 anos. Após capacitação, os voluntários executarão – com orientação e supervisão do profissional da Sala de Recursos (quando este existir no quadro de servidores da escola), Supervisor Pedagógico ou Coordenador Pedagógico das unidades escolares – atividades de acompanhamento, higiene pessoal e incentivo de estudantes, bem como outras atividades voltadas para o atendimento educacional especializado ou da educação integral.

Neste ano, a escola dispõe de três ESV para atender a Educação Especial. Cabe às ESV auxiliar os estudantes na execução das atividades propostas, acompanhá-los durante o intervalo, estimulá-los a interação entre colegas e professores, etc.

14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar

14.1. Articulação com os objetivos e as metas do PPP

14.1.1. Projeto de leitura

Esse projeto se articula como objetivo de melhorar as aprendizagens dos estudantes, pois a leitura é a porte de entrada para todos os demais conhecimentos ou desenvolvimento de habilidades. De modo geral, os estudantes do presente momento não se aplicam à habilidade do hábito de leitura e os que tinham, estão perdendo o hábito de ler em decorrência dos avanços tecnológicos e os de novos modos de interação social, dedicando muito tempo à tela. Partindo dessa realidade, observou-se a necessidade de ações que incentivassem o corpo discente a desenvolver práticas de leitura de obras diversificadas, que contribui significativamente para o enriquecimento do repertório sociocultural dos alunos e os conduz a uma reflexão acerca de sua postura enquanto aluno.

Pensando nisso e na importância da literatura para a construção da visão de mundo e adoção de comportamentos sociais saudáveis à sociedade, a escola desenvolve projetos de leitura com alunos dos anos finais do ensino fundamental. Esse projeto consiste em promover visitação à sala de leitura, incentivar os estudantes a pedirem obras literárias condizentes ao planejamento pedagógico da escola no que diz respeito a eixos-temáticos, organização curricular, além de escolha livre, etc. para leitura. Os alunos que mais leem livros ao longo do mês ou bimestre são reconhecidos com diploma e caixa de bombom.

14.1.2. Gincana CEF 03 BRAZ/ Festa Junina

Esse projeto visa melhorar as relações interpessoais na comunidade escolar, desenvolvendo as habilidades socioemocionais necessárias para a vida em sociedade e a cooperação entre pares. E



trabalha também as atividades desportivas e de conhecimentos gerais. A gincana no ambiente escolar é um excelente modo de promover a colaboração e integração entre professores, alunos de diferentes turmas/anos/etapas, família e demais servidores da instituição, possibilitando o desenvolvimento do espírito competitivo bem como o desportivo, ensinando o respeito e ética entre os participantes. É também oportunidade de união entre esporte e conteúdo visto em sala de aula, através de atividades que trabalham a coordenação motora, o raciocínio lógico e as habilidades artísticas e culturais ao mesmo tempo. O estímulo à criatividade e do protagonismo dos estudantes é função da escola.

A gincana ocorrerá no período de maio a julho de 2024, iniciando com a venda de rifas e arrecadação de itens que compõe o cardápio da festa junina, passando pela semana de provas/tarefas que pontuam (01 a 05/07/24) e culminando com as apresentações artísticas temáticas no dia 05/07/2024, das 14h às 18h. Dia em que se finaliza a venda das rifas e se faz o sorteio. O prêmio esse ano será R\$500,00 (quinhentos reais) em dinheiro ou pix (arrecadado nas vendas dos bilhetes) e o restante do dinheiro é utilizado para custear o prêmio das equipes vencedoras e geralmente é um passeio a uma chácara ou clube. (Datas sujeitas a alterações).

A festa junina do CEF 03 não é aberta ao público, uma vez que não há espaço físico para receber uma quantidade grande de pessoas; é solicitado o apoio policial para o momento do evento, fica um responsável pela escola controlando a entrada dos alunos, as comidas típicas não são vendidas, são servidas gratuitamente à comunidade escolar e só se arrecada na gincana o suficiente para esse momento.

14.2. Articulação com o Currículo em Movimento

14.2.1. Projeto AfroBrasil - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Lei nº 11.645/08:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e indígena. Conforme o artigo 12-A, §1, da LDB 9394/96, “o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da História e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”. Ainda sobre esse tema, § 2º, desse mesmo artigo, dispõe que “os conteúdos referentes à História e cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras”.

Sendo assim, essa instituição de ensino realiza adequações na organização curricular em atendimento às disposições legais. Além disso, desenvolve anualmente o projeto “Afro-Brasil”, que tem como objetivo discutir as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Durante o desenvolvimento do projeto, os alunos têm contato não só com a história do povo africano, sua cultura, organização social e o contexto em que foram trazidos para o Brasil para serem escravizados, mas também com as políticas públicas que criminalizam o racismo. Destarte, visa-se conduzir os alunos a uma reflexão sobre a formação do povo brasileiro de modo a combater qualquer comportamento discriminatório, preconceituoso ou excludente, tendo em vista a



construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora.

Embora esse tema seja abordado durante todo o ano letivo, será no mês de novembro, mais precisamente na semana da Consciência Negra, que ocorrerá a culminância do projeto com apresentação de peças teatrais, pinturas, danças etc. no pátio da escola. Contudo, a avaliação desse projeto acontecerá por meio da observação do comportamento dos alunos nas interações com os colegas e servidores da escola.

14.2.2. Fantastic Day

O Fantastic Day é um projeto interdisciplinar que compreende o currículo da educação básica como um todo, materializando os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica. Pedagogia que orienta considerar o estudante como sujeito de sua própria história, inserido em práticas sociais diversificadas, nas quais o saber científico e empírico é imprescindível para a interação em grupo. Esse projeto possibilita ao corpo discente fazer uso do repertório sociocultural construído ao longo de sua vida escolar e social, em produções artísticas.

Trata-se de um trabalho realizado durante todo o ano letivo, no qual os professores promovem discussões acerca de temas relacionados a arte, cultura, história, manifestações linguísticas, folclore, geografia, em âmbito nacional e local. Logo após esse momento, os estudantes realizam atividades artísticas e práticas tais como pinturas, esculturas e vasos de argila, coreografias, peças teatrais, colóquios, saraus, lanches literários, curta-metragens, desfiles de fantasias representando os personagens das obras literárias lidas etc., a serem apresentados à comunidade escolar durante as aulas e na culminância do projeto, prevista para o 4º bimestre do ano em curso.

14.3. Articulação com o PDE

14.3.1. Programa SuperAção

O Programa SuperAção tem como público-alvo alunos em situação de incompatibilidade idade/ano que, em decorrência de inúmeros fatores, dentre eles dificuldades de aprendizagens, abandono e evasão escolar estão atrasados. Esse programa visa oportunizar a esses alunos a progressão das aprendizagens de modo a avançar nos estudos conforme reza legislação educacional vigente, a saber, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional da Educação, Plano Distrital da Educação, entre outros.

Em 2023, foi necessária a reestruturação da organização física da escola a fim de formar turmas para essa finalidade, reorganização de matriz curricular para atender às reais necessidades de cada estudante, planejamento estratégico para materializar a proposta, estratégias de avaliação que promovessem aprendizagens diversificadas e, principalmente, incentivassem os alunos a desenvolver as atividades propostas de modo eficiente e eficaz.

O Centro de Ensino Fundamental 03 conseguiu formar duas turmas SuperAção reduzidas, com 25 alunos matriculados em cada uma delas, a saber, 7º ano F, turno matutino, e 8º ano F, turno vespertino. Além dessas turmas, também foram acrescentados ao programa onze alunos de 6º ano em situação de incompatibilidade idade/ano, distribuídos da seguinte forma: uma aluna no 6º ano B, dois no 6º C, quatro no 6º ano C, três no 6º ano E, dois no 6º ano F, respectivamente, no modelo de classes comuns com atendimentos personalizados.



Como orienta o Currículo em Movimento do Distrito Federal, a prática pedagógica executada está fundamentada nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, que toma como ponto de partida as práticas sociais dos estudantes, possibilitando a problematização dos conteúdos abordados, instrumentalizando os estudantes para operar com esses conhecimentos, de modo a ressignificá-los e aplicá-los nas interações cotidianas; possibilitando a construção de conhecimentos amplos, contextualizados e dinâmicos.

Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem tem caráter formativo e ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, sendo considerados os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. Para esse fim, são utilizados variados instrumentos avaliativos como, por exemplo, provas interdisciplinares, estudo dirigido, trabalhos em grupo, portfólios, lista de exercícios, seminários etc.

Sendo assim, os estudantes do 6º ano que fazem parte do programa, desde que apresentem aproveitamento satisfatório serão promovidos para o 8º ano; os do 7º ano para o 9º ano; e os do 8º para o 1º ano ensino médio.

Em 2024, não foi possível formar turmas para a correção de fluxo, o Programa SuperAção atenderá no modelo de classes comuns com atendimentos personalizados. São onze alunos do 6º ano; nove do 7º ano e três do 8º ano.

15. Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo e/ou co Organização da Sociedade Civil

15.1. Articulação com os objetivos e as metas do PPP

Percebe-se na comunidade a carência de atividades de lazer e esportivas, assim, a fim de dar prioridade às demandas de educação e lazer, conforme reza a Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 3º, inciso VI, essa instituição de ensino busca meios para fomentar tais práticas, além de desenvolver atividades lúdicas no interior da escola, como gincanas, festa junina ou típica, os alunos também participam de projetos como os Jogos Escolares e o JIBRAZ, nos quais estudantes de várias unidades escolares jogam futebol, queimada e outras modalidades. Embora haja premiação ao término desses campeonatos, esses eventos possuem caráter mais integrador que competitivo, porquanto promovem a interação de estudantes da rede pública (maioria) e da rede privada.

Além disso, em parcerias com instituições de natureza cultural, esportiva ou mesmo lúdicas, o CEF 03 promove passeios como visitas ao zoológico, cinemas, museus ou centros culturais espalhados pelo DF, sítios históricos ou que promovam preservação do patrimônio histórico de Brasília, entre outros, a fim de materializar e contextualizar os conteúdos abordados em sala de aula. Assim, a escola faz-se agente que possibilita a construção de conhecimentos diversificados, observados em situações cotidianas.

15.2. Articulação com o Currículo em Movimento

15.2.1. Projeto NaMoral

O Projeto NaMoral, criado em 2019, tem como objetivo central contribuir para formação de



cidadãos críticos, conscientes e éticos para atuar na vida social. Para isso visa ao resgate de valores indispensáveis para solidificar os pilares de sustentação da sociedade, atuando em favor do combate à corrupção.

Por meio de metodologias ativas, que envolvem letramento e ludicidade, trabalham-se valores sociais e morais que contribuem para construção de uma nova cultura pautada pela autorresponsabilidade, ética, compreensão de poder das pequenas escolhas, com o objetivo de interromper o ciclo da corrupção.

Em 2022, a realização do projeto ficou sob a responsabilidade da coordenadora pedagógica dessa unidade escolar, que atuou com intercâmbio entre escola e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Na culminância, representantes desse órgão estiveram presentes para apreciar a última etapa das atividades. Ao término desse evento, a escola foi premiada em R\$: 9.000,00 (nove mil reais) para aquisição de material pedagógico já definido pelos estudantes participantes.

Em 2023, a própria escola ficou responsável pelo desenvolvimento do projeto, tendo de promover os circuitos de aprendizagem, com o objetivo de envolver o público-alvo (alunos do 9º ano) nas atividades propostas, tendo em vista a construção de uma nova mentalidade pautada nos alicerces do bem-estar coletivo, a saber, retidão, verdade, honestidade, empatia, cidadania, respeito e responsabilidade. Com o objetivo de se apropriar das diretrizes do projeto, bem como das finalidades, os professores de Parte Diversificada II participaram do curso "NaMoral" ofertado pela Escola de Aperfeiçoamento do Profissional da Educação (EAPE), às quintas-feiras.

Esses professores abordaram temas relacionados ao conteúdo do curso e do projeto, além de realizar oficinas práticas em sala de aula a fim de inserir os estudantes em situações nas quais devem demonstrar, na prática, valores, virtudes e atitudes. A culminância desse projeto na escola ocorreu no final do segundo semestre de 2023.

Em 2024, manteve-se a parceria com o Ministério Público e o Projeto NaMoral está em sua 3ª edição dentro da escola. Foi incluído na grade horária do PD. Outras U.E de Brazlândia também aderiram a projeto e já foram feitos vários encontros para atividades de formação continuada, compartilhamento das experiências.

15.2.2. PSE – Programa de Saúde na Escola

É um programa de parceria entre a Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SESDF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, na qual a Unidade Escolar e a Unidade Básica de Saúde/Equipe de Saúde da Família de referência. Esse ano, entre as ações a serem desenvolvidas estão: a prevenção a dengue; atualização das vacinas dos estudantes. Mas no geral, as ações envolvem a promoção da atividade física; incentivo e orientação a alimentação saudável e prevenção da obesidade; verificação da situação vacinal; promoção da cultura de paz e direitos humanos; saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/DST; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde bucal; prevenção à COVID- 19.

15.2.3. Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (Parceiros)

Também é parceiro na realização de palestra sobre prevenção de acidentes domésticos e sobre primeiros socorros, além de fazer demonstração das viaturas e equipamentos de uso do bombeiro,



fazendo palestras também sobre a profissão de bombeiro e a prevenção contra incêndios no cerrado. Trabalhando assim a promoção da paz, o exercício da cidadania e o cuidado com o meio ambiente. Temas previstos nos eixos transversais do Currículo em Movimento.

15.2.4. PMDF e o Batalhão Escolar (Secretaria de Segurança Pública)

A parceria da SEEDF com o Batalhão Escolar da PMDF faz-se necessária tanto para ações de cunho preventivo e educativo, como também repressivo. Em situações de conflitos, é fundamental acionar o Batalhão Escolar e as demandas de menor periculosidade são resolvidas, em sua maioria, no local, já as mais graves são encaminhadas à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Além das rondas ostensivas, os policiais, quando solicitados, promovem palestras na escola para abordar temas essenciais de segurança e prevenção, conscientizando os alunos sobre medidas preventivas e práticas seguras, visando à proteção individual e coletiva. Entre as principais pautas estão: o combate à prática de bullying, de cyberbullying, uso adequado e seguro do celular e das redes sociais, prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, etc. Visa à formação cidadã dos estudantes, capacitando-os a lidar com situações desafiadoras e a tomar decisões responsáveis, promovendo assim uma cultura de paz e de segurança desde a adolescência.

15.3. Articulação com o PDE

15.3.1 Conselho Tutelar na Rede de Apoio

O Conselho Tutelar também é instituição parceira, realizando palestras sobre combate a violência e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, sobre prevenção ao uso de drogas, função parental. Também é fundamental na realização da busca ativa de estudantes faltosos ou prestes a evadir, ao até mesmo evadidos, que a escola não consegue mais se comunicar ou que já assinaram acordo de cuidar da frequência dos filhos, mas os mesmos permanecem infrequentes. Atendem prontamente quando há denúncia de maus tratos (de todos os tipos) ou abandono de menores, intermediando ações e procedimentos para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Auxiliando na meta de diminuir a evasão e o abandono escolar.

16. Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar

16.1. Avaliação para as aprendizagens

Esse tipo de avaliação considera o ensino de forma integral, realizando um diagnóstico do que foi e como foi aprendido, tendo em vista todo o conteúdo passado até o momento, não é apenas o ato de aplicar provas ou testes e atribuir notas. Na avaliação para as aprendizagens o professor usa as evidências para perceber onde o aluno está em termos de aprendizagem e toma decisões no sentido de apoiar e regular o processo de ensino e da aprendizagem, informando e compartilhando com o aluno a qualidade do conhecimento deste sem compará-lo com outros alunos, comparando-o apenas com objetivos/habilidades/ competências pretendidas e, juntos definem como será o próximo passo para garantia da aprendizagem.

No CEF 03, a concepção de avaliação adotada segue o mesmo formato da proposta no Currículo em Movimento, a de avaliação formativa. O corpo docente é orientado a realizar os registros diários sobre o desempenho da turma diante dos conteúdos propostos, a fim de verificar os avanços e as eventuais fragilidades dos estudantes enquanto realizam as atividades propostas para



cada aula. Após esses diagnósticos, os professores identificam os alunos que precisam ser convocados para o reforço em turno contrário ou aqueles que necessitam de atividades diferenciadas, a serem utilizadas no turno em que estudam, com o objetivo de alcançarem as aprendizagens esperadas.

Os docentes ministram aulas de **reforço escolar** para os estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações ou demonstram dificuldades de aprendizagem. O atendimento ocorre no contraturno, nas coordenações individuais, quando atividades extras e/ou lúdicas são disponibilizadas ao aluno para facilitar a compreensão dos conteúdos ministrados. A estratégia do reforço escolar possibilita o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento dos avanços didático-pedagógicos dos estudantes.

Alternativa adotada pela escola para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos é o **reagrupamento intra e interclasse**, em que os alunos são agrupados de acordo com as necessidades de aprendizagem e interesses de cada um a fim de que os professores trabalhem atividades relacionadas à realidade de cada um, promovendo, assim, aprendizagens. No desenvolvimento dessas tarefas, os professores fazem as adaptações necessárias para que haja comunicação efetiva entre eles e os estudantes de modo que consigam realizar o dever do cotidiano. Nesses momentos, a interação entre estudantes é de suma importância, porquanto, por meio do compartilhamento de ideias, um auxilia o outro na execução das tarefas e na construção do saber.

16.2. Avaliação em larga escala

Em se tratando de avaliação em larga escala, o histórico dos resultados da avaliação externa, o IDEB, no ano de 2011 foi de 4.3, tendo como meta, para 2013, 4.5. Contudo, o CEF 03 não alcançou a meta prevista, tendo o resultado de 3.2, apesar de todos os esforços internos para obter bons resultados nesse tipo de avaliação.

Em 2015, obteve-se nota 3.5, embora a meta fosse 4.8. Para o ano de 2017, a meta do IDEB era de 5,0 e foi alcançado com sucesso, o que inseriu o CEF 03 no rol de melhores instituições de maior IDEB da CRE de Brazlândia. Em 2019, a meta era de 5,3, mas não foi alcançada, pois a nota obtida foi 4,8, havendo, pois, redução de 0,2 em relação à nota anterior conforme tabela constante na página 20.

Em 2023, não foi possível saber o índice do IDEB, pois o número de estudantes que realizaram as provas da SAEB não chegou a 80% dos alunos cadastrados.

As provas do Saeb são aplicadas para estudantes do 5º ano do EF, do 9º ano do EF e 3º ano do EM, respectivamente, sempre no fim de anos ímpares. Os estudantes são avaliados em Língua Portuguesa e Matemática, por meio de provas contextualizadas, compreendendo conteúdos abordados da vida escolar dos estudantes. Na página do INEP, encontram-se ponderações acerca das matrizes de referência e as escalas de proficiência utilizadas nesses testes:

Os testes do Saeb são elaborados a partir de matrizes de referência. Os conteúdos associados a competências e habilidades desejáveis para cada série e para cada disciplina são subdivididos em partes menores, os descritores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir. Os descritores, por sua vez, traduzem uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos. Os descritores, portanto, especificam o que cada



habilidade implica e são utilizados como base para a construção dos itens de diferentes disciplinas.

As matrizes do Saeb não englobam todo o currículo escolar e não devem ser confundidas com procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas, já que o recorte da avaliação só pode ser feito com base em métricas aferíveis.

A seguir, as matrizes de referência de Língua Portuguesa e Matemática:

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB: TÓPICOS E SEUS DESCRITORES – 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA	
D1	Localizar informações explícitas em um texto
D3	Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
D4	Inferir uma informação implícita em um texto.
D6	Identificar o tema de um texto
D14	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato
II. IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO	
D5	Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc.).
D12	Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros
III. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS	
D20	Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.
D21	Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema
IV. COERÊNCIA E COESÃO NO PROCESSAMENTO DO TEXTO	
D2	Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.
D7	Identificar a tese de um texto
D8	Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.
D9	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
D10	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa
D11	Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto



D15	Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.
V. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO	
D16	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.
D17	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações
D18	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão
D19	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfosintáticos.
VI. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	
D13	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto

Fonte: Elaborado pela Daeb/Inep a partir do Saeb/Inep (2002).

**MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA DO SAEB:
TEMAS E SEUS DESCRITORES 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

I. ESPAÇO E FORMA	
D1	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
D2	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com as suas planificações.
D3	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.
D4	Identificar relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades
D5	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas
D6	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não- retos.
D7	Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.
D8	Resolver problema utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares)
D9	Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas
D10	Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos.
D11	Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.
II. GRANDEZAS E MEDIDAS	
D12	Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.



D13	Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.
D14	Resolver problema envolvendo noções de volume.
D15	Resolver problema utilizando relações entre diferentes unidades de medida
III. NÚMEROS E OPERAÇÕES/ÁLGEBRA E FUNÇÕES	
D16	Identificar a localização de números inteiros na reta numérica
D17	Identificar a localização de números racionais na reta numérica.
I. ESPAÇO E FORMA	
D1	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
D2	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com
	as suas planificações.
D3	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.
D4	Identificar relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades
D5	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas
D6	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não- retos.
D7	Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.
D8	Resolver problema utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares)
D9	Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas
D10	Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos.
D11	Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.
II. GRANDEZAS E MEDIDAS	
D12	Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.
D13	Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.
D14	Resolver problema envolvendo noções de volume.
D15	Resolver problema utilizando relações entre diferentes unidades de medida
III. NÚMEROS E OPERAÇÕES/ÁLGEBRA E FUNÇÕES	



D16	Identificar a localização de números inteiros na reta numérica
D17	Identificar a localização de números racionais na reta numérica.
D18	Efetuar cálculos com números inteiros, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D19	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D20	Resolver problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D21	Reconhecer as diferentes representações de um número racional.
D22	Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.
D23	Identificar frações equivalentes

D24	Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de "ordens" como décimos, centésimos, e milésimos.
D25	Efetuar cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D26	Resolver problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
D27	Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.
D28	Resolver problema que envolva porcentagem
D29	Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.
D30	Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica
D31	Resolver problema que envolva equação do 2º grau
D32	Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões).
D33	Identificar uma equação ou inequação do 1º grau que expressa um problema.
D34	Identificar um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.
D35	Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações do 1º grau

IV. TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

D36	Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.
D37	Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

Fonte: Elaborado pela Daeb/Inep a partir do Saeb/Inep (2002)



Nas estratégias avaliativas, um dos aspectos avaliados é a proficiência em Matemática e em Língua Portuguesa, que também é considerado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujos resultados somados ao percentual de aprovação/reprovação e evasão escolar determinam o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de uma escola. Observe a tabela no período de 2011 a 2021.

Saeb					
	Matemática		Língua Portuguesa		
	Proficiência média	Proficiência padronizada	Proficiência média	Proficiência padronizada	Nº
2011	258,3	5,3	250,7	5,0	5,15
2013	234,4	4,5	244,3	4,8	4,65
2015	254,8	5,2	255,5	5,8	5,17
2017	267,6	5,6	274,9	5,2	5,71
2019	272,6	5,8	264,2	5,5	5,61
2021	251,63	-	255,26	-	-

(<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53014553>)

Observa-se que, no caso do CEF 03, só houve o alcance da meta do Ideb nos anos de 2011 e 2017, e que, em 2019, mesmo com um tímido aumento da proficiência em Matemática, a meta não foi alcançada e ainda caiu de 5,0 para 4,8. Como dito anteriormente, não é avaliado só o resultado das provas de Matemática e Língua Portuguesa dos estudantes dos 9º anos, mas o trabalho de toda a comunidade escolar para alcançar o maior índice de aprovação, com conhecimento líquido, e garantir a permanência do estudante na escola, porquanto a evasão também contribui para diminuição dos índices nas avaliações externas, além dos prejuízos pedagógicos para tais estudantes.

IDEB									
ANO	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
META	-	-	-	-	4,5	4,8	5,0	5,3	5,1
VALOR				4,3	3,2	3,5	5,0	4,8	4,9

*Acima ou igual à meta

*Abaixo da meta

(<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53014553>)

16.3. Avaliação Institucional

É realizada pela SEEDF por meio de questionário para todos os servidores. Também acontece quando se dá a elaboração do PPP, pois para definir as ações para o ano letivo em andamento se faz



necessário avaliar as ações e contribuições de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Assim é preciso avaliar os métodos e metodologias utilizadas pelos professores, o trabalho da equipe gestora e de apoio escolar, o espaço físico e a organização do trabalho pedagógico, bem como os recursos disponibilizados ou não para o desenvolvimento de ações na escola.

Há também uma parte de avaliação institucional nos questionários da SAEB que vem para alunos, professores e diretores responder no dia dessa avaliação externa que culmina no índice do IDEB.

16.4. Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

A avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem, oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Assim, “torna-se possível corroborar avanços, progressos e a continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes.”

As Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF afirmam que, nos anos finais do ensino fundamental, as atividades pedagógicas e avaliativas que melhor se adéquam a um processo formativo são: observação, entrevistas, resolução de problemas, criação de documentários, filmagens, trabalhos em grupos, dramatizações, leituras e discussões coletivas, desafios à criatividade, avaliação por pares, portfólios, criação e gestão de blogs, sites, entre outras. A partir dessas orientações, o CEF 03 adota tais instrumentos como recursos que permitem a avaliação de seus educandos, além das provas bimestrais, estudos dirigidos, seminários.

Ainda de acordo com essas diretrizes, a avaliação formativa se apresenta como recurso pedagógico em condição de promover aprendizagens significativas e de instrumentalizar o aluno para a construção do conhecimento, sob a mediação do professor. Para obter o sucesso pretendido, entende-se a avaliação como um elemento do processo ensino-aprendizagem que busca informar ao professor a produção do aluno. Essa produção deve estar respaldada em experiências educativas, que são consideradas essenciais para o desenvolvimento e socialização dos educandos, devem estar vinculadas à vida em comunidade. A escola pública de qualidade almejada por essa comunidade é aquela que pretende oferecer uma educação emancipadora.

Assim, o CEF 03 entende que a avaliação deve não só informar ao aluno o seu progresso, mas também mostrar ao professor as dificuldades que não forem superadas a fim de que ambos possam redirecionar suas ações interventivas. A avaliação deve ser um processo contínuo, cumulativo e qualitativo, que envolve todos os envolvidos no processo de aprendizagem o educando, o docente, a escola e as famílias -, tendo em vista o diagnóstico das aprendizagens dos alunos, ponderação acerca dos instrumentos avaliativos e do fazer pedagógico, e das fragilidades dos educandos frente aos objetivos a serem alcançados.

Nesse contexto, faz-se necessária a compreensão por parte de toda a comunidade escolar do novo conceito advindo da implantação e universalização do 3º ciclo, que é a progressão continuada. No trabalho escolar organizado por ciclos, a progressão continuada "consiste na construção de um processo educativo ininterrupto, capaz de incluir todos os estudantes e oferecer-lhes condições de aprendizagem, rompendo com a avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação anual". (Diretrizes Pedagógicas para Organização Escola do 3º Ciclo Para as Aprendizagens.).

A progressão continuada pode ser praticada por meio dos seguintes mecanismos: reagrupamentos de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta suas necessidades de



aprendizagens, de modo que possam interagir com diferentes professores e colegas; avanço dos estudantes de um ano para o outro, durante o ano letivo, se os resultados da avaliação assim o indicarem. A escola poderá ainda utilizar de outros mecanismos após análise do conselho de classe, dos estudos de casos e da diagnose.

Recuperação contínua

De acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional, a recuperação contínua é entendida como um conjunto de estratégias elaboradas pelo professor com o objetivo de recuperar conteúdos essenciais que não foram assimilados pelo estudante. Constitui como mecanismo colocado à disposição da escola e dos professores com o objetivo de possibilitar a superação de dificuldades específicas encontradas pelo aluno durante o seu percurso escolar, devendo ocorrer de forma contínua e processual ao longo do ano.

Essa modalidade de recuperação está inserida no trabalho pedagógico realizado no cotidiano da sala de aula. Para verificação tanto das potencialidades quanto das fragilidades dos alunos, a avaliação diagnóstica ganha força, pois se trata de importante recurso para direcionar intervenções a serem realizadas para amenizar as dificuldades dos educandos. Portanto, a recuperação contínua tem como foco a promoção de aprendizagem, não simplesmente a recuperação de notas.

Dependência

De acordo com o Regimento Escolar e as Diretrizes de Avaliação, a Progressão Parcial com Dependência deve ser ofertada nos termos do artigo 138 da Resolução nº 01/2012 – CEDF. É assegurado ao aluno o prosseguimento de estudos para os 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e para os 2º e 3º anos do Ensino Médio, quando seu aproveitamento no ano anterior for insatisfatório em até dois componentes curriculares, desde que tenha concluído todo o processo de avaliação da aprendizagem. Com a implantação do 3º Ciclo, houve redução no número de alunos em dependência ou progressão parcial.

No caso da organização escolar em ciclos para as aprendizagens nos anos finais do ensino fundamental, a dependência ou progressão parcial será concedida, nos mesmos moldes, na transição entre o primeiro e o segundo bloco, ou seja, do 7º para o 8º ano. Contudo, o aluno retido na série/ano em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas não tem direito ao regime de dependência, seja na organização seriada seja em ciclos.

Em consonância com as Diretrizes Pedagógicas, a organização dos blocos do 3º Ciclo para as Aprendizagens segue a seguinte distribuição:

1º Bloco do 3º Ciclo (6º e 7º ano)

Ingressarão, neste bloco, os estudantes que progrediram do 2º Bloco do 2º Ciclo para as Aprendizagens (4º e 5º anos do Ensino Fundamental). Após a data de ingresso, permanecerão no 1º Bloco do 3º Ciclo avançando em suas aprendizagens, conforme os objetivos propostos no Currículo em Movimento para estes dois anos (6º e 7º anos).

Ao final do 1º Bloco (7º ano), os estudantes poderão progredir para o bloco subsequente (2º Bloco) ou ficarão aprovados no (1º Bloco), de acordo com os critérios:



1. Progressão para o 2º Bloco de aprendizagem do 3º Ciclo: Ocorre quando não há defasagem de aprendizagem conforme os objetivos elencados no Currículo em Movimento para o 1º Bloco (6º e 7º anos) ou quando a defasagem se dá em até dois componentes curriculares. Nesse último caso, deverão ser desenvolvidos projetos interventivos no 2º Bloco, para trabalhar as necessidades específicas de aprendizagem e a superação das dificuldades apresentadas.

2. Reprovação no 1º Bloco de aprendizagem: Ocorre quando há defasagem de aprendizagem em mais de dois componentes curriculares. Nesse caso, os estudantes deverão ser matriculados no mesmo bloco de aprendizagem (1º Bloco – 7º ano), com acompanhamento em projeto interventivo e reagrupamentos visando o alcance das aprendizagens.

3. Reprovação no 1º Bloco de aprendizagem por infrequência: Ocorre quando o estudante não alcança a presença mínima de 75% do total da carga horária prevista para o ano letivo. Nesse caso, aumenta-se o tempo de permanência dele no 1º Bloco (no ano em que estiver matriculado), com acompanhamento em projetos interventivos e reagrupamentos, visando ao avanço de estudos no menor tempo possível.

2º Bloco do 3º Ciclo (8º e 9º anos)

Ingessarão, neste bloco, os estudantes que progrediram do 1º Bloco do 3º Ciclo para as Aprendizagens (6º e 7º anos do Ensino Fundamental), conforme critérios estabelecidos anteriormente. Após o ingresso, os alunos permanecerão no 2º Bloco progredindo em suas aprendizagens, conforme os objetivos propostos no Currículo em Movimento para esses dois anos (8º e 9º anos).

Ao final do 2º Bloco (9º ano), os estudantes poderão progredir para o Ensino Médio ou ficarão reprovados no 2º Bloco (9º ano), de acordo com os critérios.

1. Progressão para o Ensino Médio: Ocorre quando o estudante alcança todos os objetivos de aprendizagem propostos no Currículo em Movimento para o 3º Ciclo para as Aprendizagens.

2. Reprovação no 2º Bloco de aprendizagem: Ocorre quando não há aprendizagem em um ou mais componentes curriculares. Neste caso, o estudante deverá ser matriculado no mesmo bloco de aprendizagem, 2º Bloco (9º ano), com acompanhamento em Projeto Interventivo e Reagrupamentos para seu caso.

3. Reprovação no 2º Bloco de aprendizagem por infrequência: Ocorre quando o estudante não alcança a presença mínima de 75% do total da carga horária prevista para o ano letivo. Nesse caso, aumenta-se o tempo de permanência dele no 2º Bloco (no ano em que estiver matriculado).

O rendimento escolar será avaliado pelo aproveitamento do educando, através de técnicas e de instrumentos de avaliação diversos, tais como:

- observação diária do docente;
- avaliações orais ou escritas;
- relatórios/ portfólios;
- cumprimento de prazos estabelecidos para a realização e a entrega das atividades sala/casa;
- outras técnicas e/ou instrumentos que o professor precisar dentro da especificidade de cada disciplina/conteúdo.

Tais instrumentos de avaliação deverão se iniciar nas práticas sociais dos estudantes, ter



caráter interdisciplinar, ser variados e utilizados como meio de verificação que conduzam o educando ao raciocínio, registro, hábito de leitura e de pesquisa, à reflexão, à iniciativa e à criatividade.

Caso ainda se retorne a um momento de aulas remotas (por força maior como uma pandemia, por exemplo), o sistema de avaliação deverá ser mais flexível devido ao caráter não presencial; cabendo, portanto, aos professores assegurar os padrões de qualidade de ensino e oportunizar os estudantes que não conseguiram desempenho nas diversas formas avaliativas, impressas e *ou on-line*. Nessa situação, a recuperação das aprendizagens deve ocorrer ao longo do processo de aprendizagem, ou ao término do bimestre/semestre.

Os resultados das avaliações deverão ser informados aos educandos e as respectivas correções esclarecidas pelo do cente para que tenham ciência dos avanços. Esses resultados são discutidos com professores e alunos durante os conselhos escolares tendo em vista eventuais adequações em decorrência de dificuldades de aprendizagens, se necessário, a fim de garantir o direito à aprendizagem, eixo-estruturante do Currículo em Movimento.

Avanço dos Estudos

Quanto aos estudantes que estão em situação de incompatibilidade ano/idade (Anos Finais), pode ser feito o avanço dos estudos, desde que observados todos os critérios orientados no Plano de Atendimento aos Estudantes em Situação de Incompatibilidade Ano/Idade (Anos Finais), que se encontra publicado e disponibilizado no site da Secretaria de Educação, página 11, e orienta que:

O Avanço de Estudos também está amparado na legislação do Distrito Federal: Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Art.233, Resolução no 2/2020 do Conselho de Educação do Distrito Federal, Art.147 e Manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal, págs. 41 a 43.

A partir desses normativos, para a promoção do Avanço de Estudos deve-se atentar aos seguintes requisitos:

- Mínimo de 06 (seis) meses ininterruptos de matrícula na unidade escolar, podendo ser contabilizado o período cursado no ano anterior na mesma unidade escolar. Esse tempo exigido deve-se diretamente à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o professor terá possibilidades de se aproximar, conhecer e avaliar o estudante, evidenciando aspectos que ensejem na possibilidade de avançá-lo em sua trajetória educacional.
- Data limite para o registro no Sistema de Gestão i-Educar: até o 1º dia letivo do 3º Bimestre.
- Indicação por um (a) professor(a) regente com atuação direta com o estudante,
- Aprovação da indicação pelo Conselho de Classe.
- Avaliação de desempenho com verificação da aprendizagem. Apresentação de resultados da avaliação do estudante para análise pelo Conselho de Classe diante do desempenho escolar e das aprendizagens.
- Registros de decisões e procedimentos em ata própria.
- Autorização e consentimento dos pais, mães ou responsáveis legais.

16.5 Conselho de Classe

O Conselho de Classe, planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa, é espaço tanto de discussão sobre planejamento e atividades pedagógicas inerentes ao cotidiano da sala de aula quanto para organização do trabalho como um todo e avaliação da execução do projeto



político pedagógico da escola. Quando compreende os índices de desempenho sobre o espaço da coordenação pedagógica, os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da unidade escolar e, especialmente das salas de aula, sobretudo, com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada em direção à avaliação do fazer pedagógico e das ações que o potencializa. No CEF 03, o é realizado ao fim de cada bimestre ou em caráter extraordinário, se necessário.

Nesses momentos, discutem-se também os resultados das avaliações em larga escala como avaliação diagnóstica para orientar o planejamento das ações pedagógicas que auxiliem os alunos a superarem suas fragilidades e desenvolverem melhor suas habilidades, de modo a ampliar suas potencialidades. Desse modo é possível viabilizar aprendizagens significativas que se refletem na vida do educando em todas as suas dimensões - social, cognitiva, afetiva e psicomotora.

A Lei n.º 4.751 de 7 de fevereiro de 2012 normatiza sobre a gestão democrática nas escolas públicas e define no artigo 35 o que é o Conselho de Classe e como deve ser composto:

Art. 35. O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

IV – representante dos pais ou responsáveis;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

17. Papéis e Atuação

17.1. Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)

A Psicologia Escolar na SEEDF é denominada Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA). Executa serviços de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar. Para atuar nessa função, os profissionais precisam ter formação e habilitação nas áreas de pedagogia e psicologia. Nessa escola, há uma psicóloga que atende a pais, alunos e professores para tratar de questões pedagógicas.

Não há pedagogo nessa instituição, muito embora se abra a carência todos os anos no formulário de modulação desta UE.

17.2. Orientação Educacional (OE):

O orientador educacional, na instituição de ensino, é um dos profissionais da equipe de gestão. Ele trabalha diretamente com os alunos, ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal, em



parceria com os professores, EEAA e Equipe Gestora para compreender o comportamento dos estudantes e agir de modo a atuar da maneira adequada. Além disso, contribui para a amenização de conflitos no espaço escolar, organização e efetivação da proposta pedagógica e atende a comunidade, orientando pais e alunos. Desde maio de 2018, a escola conta com o trabalho de uma orientadora educacional.

17.3. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)

A sala de recurso é um espaço organizado, onde há materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e profissionais habilitados para os atendimentos aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento deve ser realizado em turno contrário ao horário das classes comuns com conteúdo paralelo ou que seja pré-requisito ao ensinado pelos professores regentes, na sala de aula inclusiva. Uma mesma sala de recursos (generalista e/ou específica), conforme cronograma e horários pode atender alunos com, altas habilidades/ superdotação, Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física (DF), Deficiência Múltipla (DMU), Transtorno do Espectro Autista/TEA, e outras necessidades educacionais especiais.

O CEF 03 mantém o espaço físico para esse fim, mas não tem mais os recursos humanos já que os professores foram devolvidos à Regional de Ensino no ano de 2021, porque o número de alunos atendidos era insuficiente - inferior a 16 estudantes. Para o ano de 2024, segue-se a solicitação de que incluam os alunos desta U.E. na Sala de Recursos Generalista Itinerante, para que tenham atendimento como previsto em legislação geral e específica.

Por essa razão, não há Plano de Ação da Sala de Recurso para o ano de 2024. Todavia, o atendimento a esses alunos está sendo realizado em sala de aula pelos professores regentes, que adequam, adaptam ou readaptam atividades para atender os casos pontuais ou estudantes que apresentam alguma especificidade. Em caso de dificuldades severas, tais estudantes são encaminhados para estudo de caso, com ajuda da psicóloga, do supervisor pedagógico, da equipe gestora e da orientadora educacional.

17.4. Profissionais de apoio escolar: monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango

Não há monitores lotados nesta UE para a função de monitor. Há três ESV que atendem a Educação Especial no turno matutino (estudantes TEA, síndrome de down, DI e DV/VM).

Há um estagiário de nível médio do Programa Jovem Candango – renapsi jovem candango atuando na secretaria da escola, no turno vespertino, ele está sob a supervisão da chefe de secretaria.

17.5. Biblioteca Escolar / Sala de Leitura

Não há Biblioteca Escolar, existe apenas uma Sala de Leitura com acervo de aproximadamente oito mil títulos, entre obras literárias de vários tipos textuais, apropriados ao público atendido nessa instituição. Nessa sala, trabalham uma professora readaptada e uma servidora da carreira assistência, que atua também no serviço de mecanografia da UE. Ambas são responsáveis por catalogar, organizar e emprestar obras literárias, dicionários e alguns livros didáticos.



A leitura deve ocupar um espaço privilegiado dentro do espaço escolar, como uma das principais ferramentas veiculadoras de informações e fonte de conhecimento. Por essa razão, a inauguração da sala de leitura aqui no CEF 03, no ano de 2013, foi uma grande conquista para a comunidade escolar, tão carente de um espaço como este. O acervo ainda está sendo adquirido e atualizado, com obras da literatura que atendam às necessidades e gostos dos nossos alunos.

17.6. Conselho Escolar

A Lei n.º 4.751 de 7 de fevereiro de 2012 que institui o processo eleitoral para a escolha de Conselheiros Escolares, Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares públicas, define, no artigo 24, que “Em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEDF”. No parágrafo único determina a composição do Conselho: “O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme a quantidade de estudantes da unidade escolar, de acordo com o Anexo Único desta Lei.”; e no artigo 25, estabelece as competências:

Art. 25. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal:

- I – elaborar seu regimento interno;
- II – analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola;
- III – garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar;
- IV – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;
- V – atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação;
- VI – estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos desta Lei;
- VII – estruturar o calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente;
- VIII – fiscalizar a gestão da unidade escolar;
- IX – promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos;
- X – analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;
- XI – intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- XII – propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de alunos com deficiência;
- XIII – debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos.

Atualmente, o CEF 03 está sem Conselho Escolar ativo, uma vez que no processo de eleição do ano 2023, a aluna que se candidatou para representar os estudantes, solicitou transferência e foi para outra instituição de ensino antes do final do ano letivo. E não houve inscrição para suplentes. Até que se possa realizar outra eleição para a formação do Conselho Escolar, todas as demandas de deliberação, acompanhamento, aprovação e execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola estão sendo feitas por meio de reunião ordinária ou extraordinária da Assembleia Geral e registrada em ata de reunião.



17.7. Profissionais Readaptados

Há nessa instituição uma professora readaptada, cuja graduação é em História, que exerce atividades de apoio à sala de leitura e suas especificidades - organização do acervo de livros, administração de empréstimos de obras literárias, desenvolvimento de projetos de incentivo ao hábito de leitura.

Na modulação desta UE foram disponibilizadas quatro carências para professores readaptados desde o ano passado, para trabalhar na Sala de Leitura e na coordenação pedagógica, mas até o momento não houve interessados.

17.8. Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica é o momento de trabalho que permite o gerenciamento do processo de ensino e aprendizagem executado na e pela escola. Possibilita a harmonia de ações entre professores, direção, pais e alunos. É também o espaço/tempo de produção e avaliação de material didático para uso dos estudantes.

17.8.1. Papel e Atuação do Coordenador Pedagógico

O coordenador pedagógico é peça principal, pois é esse profissional que, na unidade escolar, auxilia e acompanha o trabalho docente desenvolvido pelo professor em sala de aula a fim de lhe dar suporte necessário, além de zelar pelo cumprimento do Currículo em Movimento. No entanto, no ano de 2024, não se conseguiu professor para aceitar o convite para esse trabalho tão importante dentro da unidade escolar. Um dos motivos é a redução no quadro de professores efetivos na rede e a sobreposição de funções (que é quando coordenadores, supervisores pedagógicos e até os gestores acabam entrando em sala de aula para ministrar aulas quando o professor regente falta e muitas vezes não foi possível chamar um professor substituto em tempo ou não há substituto no banco de reserva).

O trabalho que deveria ser realizado por dois coordenadores pedagógicos é executado, na medida do possível, pelo supervisor pedagógico e pela equipe gestora (com a parte pedagógica delegada à vice-diretora) que tem a tarefa de assegurar o fluxo de informações, estimular o fazer pedagógico, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo em Movimento, orientando os professores quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica, dentre outras funções. A proposta para o ano em curso, é dar suporte aos professores acerca de questões pedagógicas cotidianas, relação professor-direção, professor-aluno, aluno-aluno, observando e auxiliando o corpo docente e o discente da U.E.

O Regimento da Rede Pública do Distrito Federal discrimina as seguintes atribuições do coordenador pedagógico:

Art. 120. São atribuições do Coordenador Pedagógico:

- I - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica na unidade escolar;
- II - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- III - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular; IV - articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a



Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática;

V - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF;

VI - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;

VII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito da unidade escolar;

VIII - colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar.

17.8.2. Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica

As coordenações pedagógicas são desenvolvidas no turno contrário ao da regência. Esse período é utilizado para planejamento de aulas, elaboração e correção de atividades, preenchimento dos diários de classe, compartilhamento de experiências entre professores, atendimento a alunos que necessitam de reforço escolar, atendimento aos pais de alunos quando convocados ou se dirigem à escola em busca de alguma informação inerente ao comportamento ou desempenho do estudante na escola. Além disso, são realizadas oficinas de formação continuada com os professores durante as coordenações coletivas e/ou também, aos que se propõem realização de cursos ofertados pela Escola de Aperfeiçoamento do Profissional da Educação (EAPE). Destaca-se que os professores em regime de 20h, realizam a regência no mesmo turno de trabalho.

Nas reuniões coletivas, costuma-se passar os informes gerais, ouvir as demandas dos professores, fazer formações continuadas que tratam de temas variados (acolhida, planejamento anual por disciplina ou área de conhecimentos, Currículo em Movimento, serviços de apoio e alunos ANEEs, adequações curriculares, avaliação diagnóstica, formas de registros das atividades pedagógicas, avaliação institucional, avaliações externas, etc).

TABELA DE COORDENAÇÃO					
MATUTINO: 9h às 12h/ VESPERTINO: 13h30min às 16h30min					
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Ensino Fundamental Anos Finais	Todos os servidores CMPDF	Matemática Ciências	Todos os servidores CMPDF	Artes, Educação Física, LEM - Língua Inglesa e Língua Portuguesa	Geografia História
Observações	Tabela para professores 40h, os de 20h coordenam no mesmo turno em que trabalham, sendo 3 dias de regência, 1 de coordenação na escola e 1 de CPI.				

Destaca-se que, na Semana Pedagógica referente ao início das atividades pedagógicas, a equipe gestora faz a apresentação geral e acolhida dos servidores, distribuem-se as turmas, observa-se o Calendário Escolar estabelece-se as datas para os Dias Letivos Móveis e realiza, junto com a equipe pedagógica, a leitura dos documentos emitidos pela SEEDF para a Semana Pedagógica (Orientações Pedagógicas do 3º Ciclo para as Aprendizagens, Currículo em



Movimento), divulga e comenta as portarias que definem o trabalho no decorrer do ano em curso; discute-se o PPP em vigor e se assisti às *lives* propostas pela CRE/SEEDF. No demais, são reservados períodos para planejamento das atividades diagnósticas a serem aplicadas nas primeiras semanas do ano letivo.

Nas primeiras coletivas, após a chegada dos professores substitutos, tudo é refeito, pois eles não participam da semana pedagógica do início do ano letivo. Como dito anteriormente, nessa escola, mais de 90% dos professores regentes são professores substitutos, havendo apenas um professor efetivo já com redução de carga por tempo de serviço (trabalha apenas 12h/a na instituição).

17.8.3. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

Tendo em vista o aprimoramento e qualidade de ensino dessa unidade de ensino, a escola realiza formação continuada, às segundas-feiras e quartas-feiras, sobre práticas docentes, planejamento, avaliação para as aprendizagens - instrumentos avaliativos, projeto interventivo, relação professor-aluno, regimento escolar etc, como também atende às convocações feitas para formações pela ou na CRE Brazlândia ou em outros espaços formativos como os cursos ofertados pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). A SEEDF entende que é de suma importância garantir aos professores formação inicial e continuada que propicie um alicerce seguro para o trabalho docente, e conseqüentemente um bom desempenho de suas atividades pedagógicas.

Essas formações continuadas instrumentalizam os professores para o exercício da função, atualizando-os acerca de novos temas, das estratégias de avaliação escolar, do preenchimento do diário de classe etc., o que enriquece as práticas pedagógicas e possibilita trabalho pedagógico fundamentado em letramentos críticos. Dessa forma, o corpo discente constrói conhecimentos significativos, atualizados e diversificados a serem aplicados em práticas sociais.

18. Estratégias Específicas

18.1 Redução do abandono, evasão e reprovação

Esta UE faz constante busca ativa por meio da cooperação dos professores, que informa à Direção e à OE os nomes dos estudantes que apresentam três faltas seguidas ou cinco faltas alternadas sem apresentar justificativas; a direção com ajuda da supervisão pedagógica e da OE faz contato com as famílias via telefone cadastrado na matrícula e no sistema i-Educar, e nos casos em que persiste a falta, a OE faz relatório e juntamente com a Direção encaminha para a rede de apoio Conselho Tutelar.

Em relação a reprovação, há diversas ações que buscam evitar a reprovação dos estudantes, entre elas, a busca ativa, o reforço no contra turno, atividades extras para casa, atividades diversificadas envolvendo diferentes formas de averiguar a aprendizagem dos estudantes, recuperação contínua e processual, além da recuperação final já indicada pela SEEDF realizada no final do ano letivo.



18.2. Recomposição das aprendizagens

Trata-se do conjunto de estratégias que visam garantir as aprendizagens não alcançadas no período de distanciamento social (pandemia COVID-19), ou de aprendizagens não alcançadas em séries/anos anteriores, seja por quais razões forem. O objetivo é a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências adequadas para cada estudante em cada etapa/série/ano. Entre essas estratégias estão: o acolhimento com escuta sensível e ambiente seguro, avaliação diagnóstica, currículo flexível e alinhado com o Currículo em Movimento da SEEDF e com a BNCC; atividades pedagógicas com uso de recursos tecnológicos e ou jogos pedagógicos, avaliação e acompanhamento das atividades, conscientizar as famílias da necessidade de diminuição do tempo de tela e da importância de criar ambiente e rotina de estudos em casa.

18.3. Implementação da Cultura de Paz

Atenta à violência que se manifesta nas escolas da Rede Pública de Ensino do DF, a SEEDF implantou, em 2008, a Política de Promoção da Cidadania e da Cultura de Paz, a qual contempla um conjunto de ações com vistas à redução da violência nas instituições de ensino, assim como à identificação e promoção de ações de prevenção e da convivência pacífica entre os membros da comunidade escolar. A Política da SEEDF para o enfrentamento da violência escolar, promoção da cidadania e da cultura de paz abarca um conjunto de ações articuladas em três níveis: **o sistema de ensino, as escolas e o ensino.**

Em 2023, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), propôs o Projeto “Convivência Escolar e Cultura de Paz” com o objetivo de realizar ações para a materialização da Cultura de Paz e a conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência. Nesse sentido, o CEF 03 de Brazlândia propõe uma série de ações para desenvolver a cultura de paz e melhorar a convivência entre todos os que estão envolvidos no processo educacional, dentre elas, as seguintes ações: formação com os professores, nas coordenações coletivas às quartas-feiras, para discussão sobre o que é cultura de paz, conhecer o projeto e as alternativas para desenvolvê-lo, definir/convidar palestrantes versados sobre o tema para conversar com os alunos e desenvolver oficinas, participar dos eventos e formações oferecidos pela CRE Brazlândia/UNIEB e pela EAPE ou Escola de Governo.

Para fortalecer o desenvolvimento da cultura de paz na escola os temas transversais do currículo serão abordados nos PD (Parte Diversificada) e em muitos momentos em projetos desenvolvidos por parceiros como o Ministério Público com o Programa NaMoral; e palestras e rodas de conversas trabalhadas pela Orientadora Educacional e Psicóloga da escola e por pessoas da rede de apoio, visando o desenvolvimento e fortalecimento das competências socioemocionais, a mediação e resolução de conflitos; e o incentivo ao uso da linguagem não violenta. Os temas são:

18.3.1. Educação para a diversidade

A Educação, como mecanismo de transmissão e reprodução do conhecimento, tem um papel fundamental na socialização de práticas e informação sobre as questões tratadas pelos temas da diversidade, cujo eixo fundador baseia-se na garantia dos direitos fundamentais e na dignidade humana, condições essenciais para o enfrentamento das desigualdades. Assim, o Ministério da



Educação busca orientar políticas públicas para perceber e incluir os grupos historicamente apartados, visando a promoção dos direitos humanos e o reconhecimento dos diversos saberes das diferentes populações.

Este PPP também promoverá a Educação para a Diversidade visando à promoção do debate sobre a educação como um direito fundamental, que precisa ser garantido a todos sem qualquer distinção. Portanto, é necessário garantir o exercício da cidadania, da igualdade de direitos e do respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional.

18.3.2. Cidadania

A educação para a cidadania constitui um conjunto complexo que compreende, ao mesmo tempo, a adesão a valores, a aquisição de conhecimentos e a aprendizagem de práticas na vida pública. A educação para a cidadania pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação. Isso exige uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população.

A formação política, que tem no universo escolar espaço privilegiado, propõe caminhos para mudar as situações de opressão na sociedade. A partir desse contexto, o CEF 03 desenvolve projetos que possibilitem ao aluno perceber-se cidadão pertencente a sua comunidade, para o desenvolvimento de uma nova cultura dos direitos humanos e da paz.

18.3.3. Educação em e para Direitos Humanos

Sobre direitos humanos no campo da educação, entende-se que, para promover uma educação ética e voltada à cidadania, deve-se partir de temáticas significativas do ponto de vista ético, propiciando condições para que os estudantes desenvolvam sua capacidade dialógica, tomem consciência de seus próprios sentimentos e emoções e desenvolvam a capacidade autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral. Diante disso, o CEF 03 propõe trabalhos com documentos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto dos Idosos e muitos outros que forneçam as bases para uma educação em valores.

O objetivo desse trabalho é possibilitar ao aluno não só a reflexão acerca do respeito à vida, a garantia desse direito a todos os indivíduos, mas também a valorização da pessoa humana. O trabalho interdisciplinar, que sintetiza várias concepções acerca desse tema, deve ser o fio condutor para atingir os objetivos da escola enquanto unidade escolar e agência de aprendizagens e letramentos críticos formadores de sujeitos conscientes de seus papéis sociais capazes de transformar a realidade em que estão inseridos.

18.3.4. Educação para a Sustentabilidade

O conceito de Sustentabilidade engloba não só aspectos ligados ao meio ambiente, mas também os conceitos sociais e econômicos. Trata-se de “comportamentos conscientes” que visam atender às necessidades da geração atual sem comprometer o futuro das gerações futuras. Para isso, é imprescindível que o homem de agora interaja com o meio ambiente de forma consciente de modo a deixar um mundo habitável e com os recursos suficientes para a garantia de vida, em suas



variadas formas, na natureza.

Nesse contexto, a escola enveja formar indivíduos com comportamentos sustentáveis, isto é, que reflitam sobre sua atuação no meio e adquiram hábitos que preservem a natureza. Assim sendo, considera-se que pequenas ações diárias tais como não deixar luzes acesas, fechar a torneira quando escovar os dentes, reaproveitar a água da máquina de lavar e reciclar, por exemplo, tem impactos significativos na natureza.

Comportamentos sustentáveis não se restringem apenas na relação do homem com os recursos naturais, mas fazem parte de um todo formado por diversos fatores que se refletem mutuamente. Em linhas gerais, pode-se afirmar que, para construir um mundo sustentável, é preciso ultrapassar o limite ambiental e atuar em outras áreas da vida humana que estão interligadas como, por exemplo, a econômica, a social, a econômica, a religiosa etc., pois esse conjunto é que determina as relações do homem entre si e com o meio.

Partindo desses pressupostos, o CEF 03 irá trabalhar com projetos interdisciplinares que visem à formação de sujeitos críticos, disseminadores de práticas sustentáveis capazes de mudar comportamentos sociais dos que os circundam, por meio de ações ativas e transformadoras. Esses projetos serão trabalhados ao longo do ano, durante as aulas, podendo desenvolver-se também nas semanas temáticas do calendário letivo. Terão períodos de culminância, como acoteceu nos anos anteriores.

Data	Ação
02/05/24	Apresentação do projeto “Convivência Escolar e Cultura de Paz”
03/05/24	Roda de conversa sobre o papel da escola para a Cultura de Paz (último horário, todos os professores)
03e 06/05/24	Conselho de Classe: ações de sensibilização com os professores durante a semana do Conselho. Envelopes com recados voltados para a paz e valorização do trabalho pedagógico, café da manhã para entrosamento e conversa sobre cultura de paz. Dessa data em diante, preparar recados para todas as coletivas.
05/06/2024	Posse dos representantes e vices – representantes - lanche especial – e palestra sobre assembleia de sala.
06/06/2024	Reunião para conversar sobre o papel do representante, realização OE e Vice-Diretora.
07/06/2024	Assembleia de sala (levantamento de problemas e apontamento de soluções)
05/08/24	Nova reunião com os representantes e vices para avaliar ações executadas, melhorar ou substituir ações.
09/08/24	Quem sabe faz ao vivo, show de talentos em comemoração ao Dia do Estudante.
12/08/2024	Projeto profissões: Apresentação de ex-alunos (despertando profissões e profissionais, somente o nono ano)
19/08/2024	Oficina de emoções: metodologias ativas (público alvo: professores, para que estes sejam replicadores).
27/08/2024	Oficina de emoções: respeito e autocuidado. As demais oficinas serão definidas de acordo com a confirmação de palestrantes convidados e ações que surgirem no caminho.
As datas com eventos e ações ainda não realizadas podem sofrer alterações.	



18.4. Qualificação da transição escolar

O Projeto Transição consiste em trabalho conjunto realizado entre a Equipe Gestora, Equipe de Apoio, Orientadores Educacionais, Coordenadores Locais das escolas sequenciais. No caso do CEF 03, o 6º ano é formado por estudantes oriundos da Escola Classe 09 de Brazlândia e demais instituições de ensino da região, e os alunos do 9º ano do CEF 03 são remanejados para o Centro de Ensino Médio 02 de Brazlândia.

O cronograma, os procedimentos e encaminhamentos necessários para receber os alunos provenientes de instituições distintas, são pensados e ceitados em reuniões, a princípio, com a equipe gestora e orientadores educacionais para definir as atividades a serem executadas, em outro momento incluem-se estudantes e professores que auxiliarão no projeto. Exemplos de etapas:

1º momento: Recebimento de professores e estudantes do 5º ano para conhecer as dependências da escola e participar de palestra de apresentação dos projetos da unidade de ensino e interação com professores regentes dos 6º anos.

2º momento: Apresentação de vídeos mostrando os espaços físicos da escola e a rotina das atividades escolares: entrada dos alunos, hora do lanche etc.;

3º momento: Mostra cultural - os estudantes do 6º ano e no vespertino, os alunos do 8º ano farão apresentações culturais aos estudantes da EC 09, EC 07 e EC 06.

4º momento - Demonstração de aulas, na EC09, fazendo o rodízio das professoras regentes, simulando a grade horária dos anos finais, a fim de ilustrar o dia a dia na escola em que irão estudar. Incluir-se-ão as aulas de Língua Inglesa, a fim de atrair/motivar o corpo discente em relação à realidade dos anos finais do ensino fundamental e incentivá-los a se matricularem no Centro Interescolar de Línguas de Brazlândia.

Como estratégia para viabilizar essa transição, a Pedagoga e a Orientadora Educacional da EC 09 vem ao CEF 03 participa de coordenação coletiva com os professores para científicá-los acerca do perfil e das dificuldades dos alunos que integrarão o corpo discente por meio de remanejamento sequencial e também para ouvir as expectativas dos professores em relação aos alunos que cursarão o 6º ano.

Geralmente, a equipe pedagógica (direção, supervisão, orientador educacional e coordenadores) do CEM 02 de Brazlândia realiza palestras aos estudantes e professores dos 9º anos tanto do Centro de Ensino Fundamental 03 quanto do Centro de Ensino Fundamental 01, no mesmo dia. Esse evento, além de acalmar os alunos, científica-os acerca da organização da rotina do ensino médio. Em 2023, o professor Rodrigo, que atuava na UNIEB, esteve no CEF 03 fazendo uma palestra sobre o Novo Ensino Médio aos alunos e aos pais de alunos do 9º ano.

Em setembro deste ano (2024), a equipe pedagógica dessa escola iniciará o processo de organização das atividades do Projeto Transição 2024/2025. Para isso, serão utilizadas as mesmas estratégias dos anos anteriores, as quais surtiram efeitos positivos e adiconadas outras conforme a necessidade de cada grupo ou instituição de ensino.

O Projeto Transição continua com o Acolhimento dos novos estudantes, quando as aulas têm início a cada ano letivo, com a equipe gestora se apresentando em sala, os professores lendo com os estudantes a “Cartilha do Aluno” que contém o resumo das normas gerais e disciplinares (elencadas a partir do Regimento da SEEDF), bem como orientações sobre horários e rotinas da



escola. A OE e a Psicóloga fazem reuniões com as turmas e apresenta o trabalho a ser desenvolvido com eles durante o ano.

19. Processo de Implementação PPP

19.1. Gestão Pedagógica

Objetivo:

Elevar a qualidade do Ensino desta Unidade Escolar, contemplando uma gestão escolar articulada, compromissada, participativa e democrática; permitindo a integração escola/comunidade, buscando o envolvimento de todos para propor, discutir e pôr em práticas ações que visem alcançar concretamente melhorias nas esferas pedagógica, administrativa e financeira, entendendo a educação como um processo de fundamental importância para a transformação social e a conquista da cidadania.

Metas e ações

- Elaborar e dar cumprimento ao Projeto Político Pedagógico da escola tendo em vista a finalidade do Ensino Fundamental, oferecendo ao aluno, conhecimentos necessários que permitam a continuidade de estudos e efetiva inserção na sociedade;
- Elevar a qualidade de Ensino deste estabelecimento; melhorando o índice de rendimento nas avaliações internas e externas;
- Corrigir a defasagem idade/série, reduzindo o índice de reprovação e evasão escolar;
- Conhecer melhor os alunos e em parceria com a família, resgatar, através de aulas mais atrativas e mais dinâmicas, atitudes e valores que contribuam para a formação de um ambiente escolar que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades e conhecimento;
- Elaborar projetos de desenvolvimento da autoestima dos alunos, com atividades que desenvolvam o relacionamento cordial, mais humano e social, prevalecendo o respeito mútuo, enfatizando o respeito às diferenças individuais, promovendo a convivência pacífica e acolhedora para todos;
- Incentivo à solidariedade, ao senso crítico através da integração da sociedade com a comunidade escolar; assegurar um tratamento igualitário para todos os alunos de acordo com as especificidades de cada um, desenvolvendo atividades adequadas que envolvam escola-comunidade.
- Utilizar o Regimento Escolar de maneira que contemple a ética, tolerância, respeito, solidariedade e responsabilidade de docentes e discentes no processo de ensino aprendizagem.

19.2. Gestão de Resultados Educacionais

19.2.1. Objetivo

Utilizar os indicadores de desempenho escolar (avaliações diagnósticas, somativa, cumulativa, comparativas, formativas, simulados, trabalhos, bem como as avaliações externas formais, a exemplo, a SAEB/IDEB e Avaliação em Destaque; e a avaliação institucional) como



base para planejar estratégias pedagógicas que aperfeiçoem o processo de ensino e aprendizagem, buscando a melhoria do rendimento, frequência e proficiência dos alunos.

19.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar continuamente o PPP da escola para melhorar ou mudar ações que não estejam produzindo bons resultados;
- Ter atenção se há diferenças significativas no desempenho entre uma turma e outra, se há habilidades ou objetivos de aprendizagem que precisam ser reforçados ou desenvolvidos para estes ou aqueles alunos ou para todos;
- Observar se a metodologia de ensino adotada pela escola está sendo eficaz;
- Analisar, divulgar e utilizar os resultados obtidos por meio das avaliações formais ou informais, internas e ou externas para que junto à comunidade escolar se mantenha as ações que garantem bons desempenhos ou se modifique as que não estão satisfatórias;
- Ter atenção aos níveis de satisfação ou insatisfação da comunidade escolar;
- Ser transparente ao divulgar os resultados obtidos pelos estudantes, respeitando os princípios da LGPD.

19.3. Gestão Participativa

Na gestão participativa o Conselho Escolar tem papel fundamental, pois é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos, diretores e comunidade externa. Cada Conselho Escolar tem suas ações respaldadas através do seu próprio Estatuto, que normatiza a quantidade de membros, formas de convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias, como é realizado o processo de renovação dos conselheiros, dentre outros assuntos que competem a essa instância. Neste sentido, cabe aos conselhos escolares:

- deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola;
- participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico;
- analisar e aprovar o Calendário Escolar no início de cada ano letivo; ou quando se fizer necessário;
- analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões;
- acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e;
- mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

19.4. Gestão de Pessoas

19.4.1. Objetivo

Buscar uma educação comprometida com a formação integral do ser humano, adotando procedimentos facilitadores que permitam a construção de identidades crítico-reflexivas, pessoas com autonomia intelectual, política, social e cultural fortemente alicerçada nos princípios de igualdade, de justiça e de solidariedade humana. Isso pressupõe que todas as crianças, jovens, adultos, homens e



mulheres ao buscarem a escola encontrem um contexto que os permita construir competências e habilidades, qualificando-os para o trabalho, mas, sobretudo, preparando-os para a vida.

19.4.2. Metas e ações

- Possibilitar a gestão de pessoas como uma prática educativa comprometida com a construção coletiva e organizacional da instituição, sintonizada ao projeto político pedagógico, tendo como referencial os pressupostos teóricos que colocam em plano de relevância a capacidade participativa do sujeito social na construção e na melhoria da qualidade do ensino público;
- Entender que a gestão escolar democrática pauta-se em um conjunto de procedimentos e ações que introduzem na escola movimentos, tais como a participação de professores, alunos, pais, funcionários e comunidade;
- Considerar a unidade escolar como o lócus no qual as políticas públicas se transformam em realidade e adquirem concretude;
- Abordar a gestão de pessoas num enfoque participativo e citar estratégias de articulação na escola na gestão de pessoas que darão sustentação à escola eficaz.

19.5. Gestão Financeira

19.5.1. Objetivo

Administrar e gerenciar os recursos financeiros, de acordo com as prioridades da escola e dos termos previstos no PPP, no plano de gestão, em conformidade com a legislação vigente, juntamente com a participação de professores, pais, funcionários e direção, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade.

19.5.2. Metas e ações

Utilizar os recursos financeiros em despesas de custeio, voltadas a aquisição dos materiais diversificados e necessários ao desenvolvimento de atividades administrativas e pedagógicas e despesas de capital, para aquisição de materiais classificados como permanentes e necessários ao cumprimento do Projeto Político Pedagógico;

- Usufruir dos recursos financeiros, observando os princípios da administração pública a fim de buscar melhorias para a manutenção da escola;
- Promover a gestão financeira da escola de acordo com os princípios de autonomia e ética do administrador público.
- Fazer a prestação de contas dos recursos financeiros de acordo com os prazos estabelecidos pelas normas vigentes, zelando pelo bom uso dos recursos públicos.

No **Plano de Trabalho** - Termo de Colaboração da Unidade Executora desta UE com o Poder Público (Coordenação Regional de Brazlândia) foi citadas ações e projetos passíveis de



financiamento com recursos do PDAF no quadriênio 2023/2027 bem como de recursos oriundos de Emendas parlamentares:

- Reforma geral e cobertura da quadra de esportes, construção da sala de múltiplas atividades e de uma área de convivência, pavimentação e jardinagem (muro já foi feito);
- Instalação de ar condicionado nas salas de aula;
- Aquisição de equipamentos para implementação do Laboratório de Informática e de Ciências Naturais;
- Aquisição de mobiliários e equipamentos novos para equipar a escola de forma geral;
- Pintura geral da escola;
- Manutenção predial de forma geral bem como outras ações que poderão surgir em caráter emergencial ou extraordinária.

Para que as ações e projetos citados acima sejam executados, serão necessários:

1- Contratação de Serviços para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis e Móveis; manutenção, conservação e instalação de máquinas e equipamentos; serviços judiciais, contábeis, de transporte de alunos, palestrantes e seminaristas, locação de brinquedos e equipamentos para feiras e exposições, bem como outros serviços necessários para o cumprimento do projeto administrativo, pedagógico e financeiro da escola.

2- Aquisição de materiais tais como: gás engarrafado, material educativo e esportivo, material pedagógico, material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza, material de acondicionamento e embalagem, material de proteção e segurança, material de copa e cozinha, uniformes, tecidos e aviamentos, material para manutenção de bens imóveis e móveis, material elétrico e ferramentas, bem como outros materiais necessários para o cumprimento do projeto administrativo, pedagógico e financeiro;

3- Aquisição de bens permanentes:

Aparelho e equipamentos de áudio, vídeo e foto; aparelho e equipamento para esporte e diversão; aparelho de informática e processamento de dados, equipamentos e utensílios domésticos; equipamentos de proteção, segurança e socorro; máquinas e equipamentos gráficos; mobiliários em geral; equipamentos elétricos e eletrônicos, dentre outros materiais necessários para o cumprimento do projeto administrativo, pedagógico e financeiro.

19.6. Gestão Administrativa

19.6.1. Objetivo

Garantir o atendimento adequado e satisfatório a todos os servidores da unidade de ensino para o bom desempenho de suas funções e manutenção da convivência harmônica.

Além dos servidores da área pedagógica, a Equipe Gestora e co-executora dos contratos que terceirizam os serviços de **Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância** da UE.

A conservação e limpeza do prédio escolar é feita por dez servidores terceirizados contratados pela empresa REAL JG FACILITIES EIRELI. A cocção é feita por seis merendeiras terceirizadas contratadas pela empresa G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. A vigilância também é terceirizada (CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA) e conta quatro servidores alternando no posto (um servidor terceirizado com escala de 12 horas de serviço por 36



horas de descanso), ou seja, a cada 12 horas há troca de plantão.

Há também os servidores da Carreira Assistência da Educação – CAE. Na portaria, dois servidores da CAE atuam, juntamente com um integrante da Equipe Gestora, no recebimento dos estudantes. Eles fazem o controle de entrada e saída de pessoas do prédio escolar, parte interna. O controle dos portões que dão acesso à rua fica a cargo da vigilância terceirizada. Uma das pessoas da portaria já está aguardando a publicação da aposentadoria.

Há uma monitora educacional, mas atua nesta UE como chefe de secretaria. Há um apoio administrativo que exerce a função de supervisora administrativa.

19.6.2. Metas e ações

- Valorização dos profissionais da educação, reconhecendo que cada profissional tem o seu valor enquanto educador;
- Promover a integração de pessoas nas diversas funções desempenhadas no ambiente escolar, valorizando o respeito às ideias individuais;
- Adotar medidas que favoreçam o aperfeiçoamento profissional e pessoal de todos os servidores;
- Promover dinâmicas entre os todos os segmentos da escola, atividade fim e meio, mediando conflitos e favorecendo a organização mediante um clima ético e solidário;
- Zelar pelo patrimônio público, conscientizando a comunidade escolar a não depredar ou danificar as dependências da escola;
- Manter a conservação e limpeza do ambiente escolar, o prédio está em boas condições e sendo adequado aos protocolos de segurança em saúde pública em tempo de pandemia;
- Desenvolver a avaliação institucional, como um instrumento de melhoria na execução das ações desenvolvidas na escola;
- Compromisso de execução, acompanhamentos e avaliação das ações propostas neste plano;
- Desenvolver modelos de gestão organizacional e escolar, focados na aprendizagem, no cumprimento de direitos e deveres de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- Garantir a informação e orientação, dentro dos prazos, acerca de documentos, direitos e obrigações.

No administrativo deste estabelecimento de ensino trabalham cinco servidores, sendo um Gestor de Políticas Públicas G.E (auxiliar de secretaria); um Técnico em Políticas Públicas G.E Serviços (portaria); um Gestor de Políticas Públicas G.E. (psicóloga); um Técnico em Políticas Públicas G.E. Conservação (atuando na mecanografia e auxílio à portaria); um Apoio Administrativo exercendo a função de Supervisor Administrativo.

20. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP

20.1. Avaliação Coletiva

Esse PPP é fruto de uma construção coletiva e tem seu início no ano de 2024 com perspectivas de alcançar suas metas, num prazo de dois anos, e deverá ser avaliado e revisado por todos que integram a escola, durante todo o ano letivo, nos dias estabelecidos como



Encontro Pedagógico, Dia Letivo Temático, Avaliação Institucional, ou sempre que houver necessidade. Todos os segmentos da escola não podem perder de vista a necessidade de identificação dos responsáveis por determinadas ações assumidas no coletivo. Para assegurar isso, encontros periódicos com o coletivo da escola para a discussão e avaliação de como as ações estão sendo encaminhadas, são fundamentais. Nesses encontros, os vários atores da escola podem:

- Retomar as ações, corrigindo o seu fluxo, com base na avaliação de como estão sendo desenvolvidas.
- Avaliar se as ações definidas como prioridades pelos segmentos são realmente viáveis, ou seja, realistas.
- Acrescentar ou sugerir novas ações para alcançar com melhor êxito as metas sugeridas.

20.2. Periodicidade

O Projeto Político Pedagógico não pode ser considerado "pronto", acabado; trata-se de um documento flexível, uma vez que o cotidiano escolar é dinâmico, e sempre cabem novos questionamentos, discussões e ações, de acordo com a realidade desta escola.

Neste sentido, esse PPP deve ser acompanhado e avaliado permanentemente, verificando-se o nível de comprometimento e atendimento aos princípios e objetivos.

20.3. Procedimentos

As próprias reuniões de área e tantos outros momentos de discussão terão como propósito acompanhar o processo de implementação deste PPP, tais como, palestras, textos e debates nos espaços escolares de discussão (coordenação, reunião de pais, conselho de classe, entre outros); podendo ainda ser utilizado um instrumento específico para a avaliação do mesmo.

20.4. Registros

Entre os instrumentos que podem auxiliar o registro das ações para implantação e avaliação do PPP estão as atas de conselho de classe, as atas de reuniões das assembleias realizadas na instituição, os campos de observações dos diários dos professores e em formulários que podem ser criados e divulgados com a comunidade escola.



21. Referências

BRASIL, Congresso Nacional. Decreto nº 7.611, de 2011.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16 ed. Paulo: Saraiva. 1997.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, GDF - SEEDF. Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

BRASIL, GDF - SEEDF. Diretrizes Pedagógicas Para a Organização Escolar do 3º Ciclo Para as Aprendizagens. 2016.

BRASIL, GDF – SEEDF. Projeto Político Pedagógico Carlos Mota. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). SAEB 2021: novas perspectivas. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53014553>

BRASIL, MEC/SEF Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, Outubro 1997.

BRASÍLIA/GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Lei de Gestão Democrática, Lei nº 4.751, de 07/02/2012. DODF, Brasília - DF, 2012.

Dicionário Online de Português, disponível em <https://www.dicio.com.br/teoria/>, 17/05/2024.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Circular nº. 70/2022 - SEE/SUBEB, de 15 de março de 2022. Apresentação do Plano de Atendimento aos estudantes em situação de incompatibilidade ano/idade e dos seus Encontros Formativos. Brasília, 2022.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed. – Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6º Ed. Brasília, 2019.

GDF - SEEDF - Currículo em Movimento da Educação Básica- Anos Finais, 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. Diretrizes de Avaliação Educacional. TRIÊNIO 2014-2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; Educação escolar: políticas estrutura e organização. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

PDE - Plano Distrital de Educação (2015-2024), p. 16, disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/pde_site_versao_completa.pdf.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Orientação Educacional



PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Pedagogo (a) - Orientador (a) Educacional: Gabriela Horácio Rodrigues Marques Leão

Matrícula: 240493-1

Turno: Diurno

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo: 2024

METAS:

- Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição dos estudantes entre as etapas da educação básica e das fases do ensino fundamental.
- Contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo.
- Favorecer nos educandos competências socioemocionais de maneira que consigam perceber seus sentimentos, nomeá-los e encontrar maneira de se sentir melhor.
- Contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes nas diversas situações de aprendizagem.
- Promover momentos de interação que favoreçam relações inclusivas e de qualidade.
- Fomentar a cultura de direitos humanos no ensino fundamental pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.

- Contribuir para a construção e para fortalecimento da parceria família - escola.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania DH	Ed. Diversid.	Ed. Sustent.			
Transição	X		X	- Acolhimento aos alunos do 6º ano em parceria com o EEAA através de rodas de conversas, vídeos e dinâmicas, para saber suas principais dificuldades e ansiedades em relação à nova etapa de aprendizagem e orientar em relação às regras da escola e seus principais desafios nessa nova etapa de aprendizagem.	Ação junto aos estudantes.	1º Bimestre
				- Oficinas sobre Hábitos de Estudo com dicas e Técnicas de organização dos estudos para os alunos do 6º ano.	Ação junto aos estudantes.	1º e 2º Bimestre
				- Escuta ativa e orientação aos estudantes e aos pais com dificuldade de adaptação ao novo ambiente escolar.	Ação junto aos estudantes/ Família.	1º e 2º Bimestre
				- Orientação e parceria junto aos professores do 6º ano em relação à transição.	Ação junto aos professores.	1º e 2º Bimestre
				- Roda de conversa com os alunos do 9º ano sobre a nova etapa de vida escolar (Ensino Médio).	Ação junto aos estudantes.	3º e 4º Bimestres.
				- Reunião com os Orientadores Educacionais das escolas de origem e das sequenciais para organizar a transição do ano seguinte.	Ação em Rede	3º e 4º Bimestres
	X			- Roda de Conversa sobre o Combate ao Abuso Sexual de	Ação junto aos	

Cidadania				Crianças e Adolescentes. Informação sobre como pedir ajuda e a quem recorrer. Parceria com o Conselho Tutelar e com o Ministério Público do DF.	estudantes	2° Bimestre
				- Projeto de Valorização e Respeito à Mulher: Rodas de Conversa, pesquisa sobre a lei Maria da Penha, produção de cartazes, vídeos, desenhos e outras atividades sobre a temática.	Ação junto aos estudantes/ Professores.	3° e 4° Bimestre
				- Palestra com especialista na área de segurança com foco nos Direitos da Mulher e na Lei Maria da Penha.	Ação junto aos Estudantes/Pais.	3° Bimestre
				- Projeto Profissões – o público alvo do projeto são os alunos do 9°ano que se mostram bem desmotivados e sem perspectivas futuras. O objetivo é envolver conversas sobre projeto de vida e profissões. Convidar ex-alunos e ou membros da comunidade que já estão atuando em alguma profissão para trazer seus relatos de superação.	Ação junto aos estudantes	1° e 2° Bimestre
Desenvolvimento de Competências Socioemocionais			X	- Roda de conversa em parceria com a psicóloga da escola, vídeos, oficinas e cartazes sobre as competências socioemocionais no sentido de ajudar os alunos e professores a lidarem com as próprias emoções.	Ação junto aos estudantes/ Professores.	2° e 3° Bimestre
				- Oficinas sobre a Valorização da Vida com convidados na área de saúde física e mental.	Ação junto aos estudantes/ rede.	3°Bimestre.
				-Participação em coordenações coletivas através de vídeos, mensagens e formações sobre o tema Valorização da vida.	Ação junto aos professores.	3°Bimestre.

Ensino/ Aprendizagem	X		X	Rodas de Conversas Motivacionais com os alunos que estão participando do Programa de Correção de Fluxo: SUPERAÇÃO.	Ação junto aos estudantes.	2º Bimestre.
				- Atendimento individual e em grupo aos alunos que estão com baixo Rendimento Escolar, visando motivá-los e compreender suas principais dificuldades.	Ação junto aos estudantes.	3º e 4º Bimestre
				- Roda de Conversa com os estudantes faltosos para entender os motivos das faltas e para motivar em relação à importância da Educação, resgate de sonhos e projeto de vida.	Ação junto aos estudantes	2º e 3º Bimestre
Cultura de Paz	X	X	X	- Publicação de vídeos e template nos grupos de whatsapp e demais redes sociais da escola sobre: Como Evitar Brigas, Dicas de Inteligência Emocional e Convivência Humana, bem outros assuntos relacionados à temática.	Ação Institucional	Durante todo o ano Letivo
				- Oficinas sobre Bullying: Levantamento Estatístico, Mapeamento, Produção de Gráficos, Produção de Pintoras e Desenhos, produção de Origamis e Murais.	Ação Junto aos Estudantes	2º Bimestre.
				- Projeto de acolhimento e acompanhamento dos representantes de turma em parceria com o EEAA e a Supervisão Pedagógica da Escola. O projeto prevê reuniões mensais para ouvir e encontrar soluções para as demandas trazidas pelos estudantes.	Ação junto aos estudantes	Uma vez ao mês.

				- Oficinas de Protagonismo Estudantil com a Temática Respeito e Empatia: Cada turma produzirá junto com o professor conselheiro matérias para apresentar para toda a escola - Vídeos, teatro, dança, paródias, grafites e desenhos.	Ação junto aos estudantes e professores.	2° Bimestre.
				- Mediação de Conflitos e incentivo a Não Violência de forma individual e coletiva sempre que necessário.	Ação junto aos Professores/ Estudantes/ Família.	Durante todo o ano Letivo.
Prevenção e Enfrentamento ao uso indevido de Drogas	X		X	- Parceria com o Projeto PCDF na escola: <ul style="list-style-type: none"> • Museu das Drogas (ônibus) • Projeto Cabeça Feita (palestras sobre Drogas) 	Ação junto aos estudantes/ Professores	3° Bimestre
				-Parceria com o PSE para trabalhar temáticas relacionadas ao uso indevido de álcool e cigarro.	Ação junto aos estudantes	4° Bimestre
				- Conscientização dos Estudantes: Combate aos Malefícios do cigarro Eletrônico através de vídeos e reportagens.	Ação junto aos estudantes	2° Bimestre.
Sexualidades	X	X	X	- Parceria com o PSE para trabalhar a temática: Gravidez na Adolescência.	Ação junto aos estudantes	4° Bimestre

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:

- Questionários com os estudantes e professores para coletar Avaliação das Ações da Orientação Educacional.
- Solicitar durante o Conselho de Classe as avaliações dos professores sobre os alunos que foram acolhidos pela Orientação Educacional.
- Momentos de escuta através de rodas de conversas, oficinas e em momentos individuais.
- Por meio das coordenações coletivas semanais.
- Por meio de aplicativos que promovam a interação e a avaliação após as atividades.

Anexos

Planos de Ação Específicos

1 - Educação Patrimonial: “Patrimônio histórico cultural: Conhecer para valorizar”				
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Promover o reconhecimento e valorização por parte dos educandos de seu Patrimônio Cultural	<p>Conscientizar educandos, para a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural;</p> <p>Desenvolver ações que permitam o acesso dos educandos e comunidade aos conceitos importantes sobre Patrimônio Cultural e sua Preservação;</p>	<p>Conhecendo a história do Distrito Federal e da construção dos patrimônios culturais materiais.</p> <p>Conhecendo as crenças que permeiam os patrimônios culturais imateriais.</p> <p>Produzir com materiais diversos e até recicláveis produções que simbolizem os patrimônios culturais tanto materiais como imateriais.</p>	<p>Professora Maria do Socorro, disciplina de Artes.</p> <p>Crterios de avaliao:</p> <p>Coerência dos trabalhos apresentados com o tema estudado.</p> <p>Organização, limpeza, capricho e cumprimento de prazos.</p>	Ao longo dos quatro bimestres.

2 - De olho nas necessidades de aprendizagens

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Estabelecer ações interventivas para melhoria da qualidade de ensino.	Melhorar da qualidade de ensino e aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento, periódico de necessidades pedagógicas dos estudantes; • Realizando escuta ativa em cada turma; • Aplicação de questionários socioeconômicos e de demandas educativas para todos os segmentos escolares; • Fomentar e incentivar a prática de avaliações diagnósticas. 	Equipe Gestora e Pedagógica	<p>Durante o ano letivo</p> <p>A avaliação acontecerá no espaço da coordenação pedagógica e Conselhos de Classe, onde serão acompanhados sistematicamente os dados tabulados para definição das estratégias de intervenção.</p>

3 - TODOS APRENDEM: cada um no seu tempo e de várias maneiras

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Obter um processo de avaliação que valorize e respeite as diversidades de aprendizagem do aluno em uma perspectiva de formação integral.	Desenvolver um processo de avaliação que vise a melhoria na aprendizagem dos alunos;	<ul style="list-style-type: none"> • Formação continuada para os professores, abordando o tema avaliação e suas diversas formas; • Estabelecimento de avaliações interdisciplinares. 	Equipe Gestora e Pedagógica	<p>Durante o ano letivo</p> <p>Por meio da análise dos resultados e das ações avaliativas obtidas durante o bimestre.</p>

4 - FICAR DE FORA? NÃO PODE				
OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	CRONOGRAMA
Diminuir a evasão e a repetência escolar	Fortalecer ao acompanhamento pedagógico e parceria com pais e outros órgãos para diminuir a evasão e a repetência escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar os estudantes com dificuldade de aprendizagem à Equipe de Apoio à Aprendizagem e OE. • Convoca os pais discutir sobre a vida escolar do aluno; • Fortalecer o trabalho do OE, por meio de parcerias com o Conselho Tutelar para acompanhamento familiar dos alunos faltosos; • Incentivar os docentes a realizar aulas de reforço no turno contrário e demais estratégias que se fizerem necessárias para a melhoria da aprendizagem; • Incentivar o desenvolvimento dos projetos interventivos e reagrupamentos INTER e INTRACLASSE. 	Equipe Gestora, OE, Professores e Secretaria Escolar.	Durante todo o ano letivo, sempre avaliando por meio do acompanhamento de frequência e rendimento dos alunos, com base em levantamentos feitos pela Secretaria e discussões nos conselhos de classe participativos.

Plano de ação da coordenação pedagógica/ Supervisão Pedagógica

Introdução:

A ação do coordenador pedagógico predomina-se em um trabalho onde a participação e integração da tríade aluno-professor-coordenador pedagógico, aliada a uma dinâmica ativa e coerente constituiu-se num resultado cujas linhas norteadoras corroborarão para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da instituição.

Justificativa

A dinâmica do processo didático e do conhecimento que se ensina, aprende e (re) constrói na escola solicita do Coordenador Pedagógico que incentive e promova o hábito de estudos, leituras e discussões coletivas de textos, tanto os que trazem subsídios aos conteúdos específicos, quanto os que ampliam e aprofundam bases, encaminhamentos e concepções do ato educativo de ensinar e aprender, que caracteriza a especificidade da escola e do conhecimento que deve ser garantido. Sendo assim, a função e/ou a “missão” do coordenador, requer dele, então uma ampla e bem apoiada visão dos fundamentos, princípios e conceitos do processo didático.

Propiciando o desenvolvimento do currículo da escola, visando melhor e mais eficiente desempenho do trabalho didático-pedagógico e, obviamente, a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tem o presente plano a função de orientar e avaliar todas as atividades do corpo docente, dinamizando, facilitando e esclarecendo a atuação da coordenação pedagógica, junto ao corpo administrativo, docente e discente da escola. Este plano é flexível de acordo com as necessidades reais da escola e de toda a clientela nela atendida.

Objetivo Geral:

O trabalho do Coordenador Pedagógico visa traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade, promover necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas, oferecendo a comunidade escolar uma educação com qualidade, no intuito de formar cidadãos críticos e democráticos.

Objetivos Específicos:

- Elaborar o plano de ação pedagógica;
- Promover e participar das reuniões de pais e professores;
- Prestar assistência técnico-pedagógica de forma direta ao corpo docente e, indiretamente, ao corpo discente;
- Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre professores;
- Orientar e acompanhar no preenchimento dos diários de classe;
- Identificar constantemente quais as prioridades das turmas e professores para prestar-lhes o melhor atendimento;
- Visitar as salas de aula para detectar problemas existentes e procurar solucioná-los;
- Detectar constantemente as deficiências na aprendizagem;
- Acompanhar o desenvolvimento dos planos, a fim de que haja um trabalho interdisciplinar, onde possamos atender com eficiência toda a clientela da instituição;
- Avaliar a execução dos planos;
- Promover o aumento do rendimento escolar qualitativamente.

Atividades:

- Elaboração do planejamento anual e participação nas reuniões administrativas e pedagógicas;
- Reuniões para elaboração dos planos;
- Orientação em conjunto e individual;
- Auxílio e vistoria nas avaliações;
- Acompanhamento e avaliação dos planos;
- Participação nas reuniões de Pais e Professores;
- Orientação, acompanhamento e auxílio aos alunos;
- Reuniões pedagógicas;
- Assistência à direção em assuntos pedagógicos e em atividades cívicas e sociais;
- Estudos, pesquisas e seleção de conteúdos;
- Orientação e acompanhamento no preenchimento dos diários de classe;
- Identificação das prioridades de cada turma;

Metodologia de trabalho e período de execução:

O método de trabalho é simples, dinâmico, democrático, cooperador e de acordo com as necessidades apresentadas, colaborando com os professores na procura de meios e fins para melhor aprendizagem e formando um trinômio indispensável: aluno-professor-coordenador, e procurando a Filosofia Educacional como forma de organização para atingir os objetivos e procurando obter adesão e colaboração de todos os elementos, desenvolvendo assim, um verdadeiro trabalho de equipe. Dever desenvolvido do primeiro ao último dia letivo de 2024.

Observação: como não há coordenadores pedagógicos na U.E., as tarefas inerentes a essa função serão executadas pelo supervisor pedagógico e pela direção.

Conclusão:

O alcance dos objetivos deste plano, a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos não depende somente da atuação do supervisor pedagógico, mas também, do apoio da direção da escola, da aceitação e esmero dos professores, do desempenho dos demais funcionários do estabelecimento, do interesse dos educando e ainda, do auxílio dos responsáveis pelos alunos desta instituição.

Portanto, precisamos angariar a confiança de todos como fruto do bom desempenho de nosso trabalho, para que possamos trabalhar sob um clima completamente familiar, proporcionando assim, maior intercâmbio entre escola-família. Somente assim teremos êxito nesta grande batalha.

Avaliação:

A avaliação consiste num trabalho progressivo, continuado e cooperativo entre a direção, supervisão pedagógica e o corpo docente, integrados na diagnose dos problemas que interferem no processo ensino-aprendizagem, para dar-lhe solução adequada.

Esta avaliação contínua e progressiva será feita através de:

- Análise do plano elaborado, para verificar se os objetivos foram alcançados;
- Observações diretas e indiretas de todas as atividades desenvolvidas;
- Visitas, conversas, fichas de acompanhamento; levantamentos estatísticos;
- Análise e reflexão dos dados coletado.

Parte Diversificada I, II e III

As aulas da Parte Diversificada I e II serão utilizadas para reforço dos conteúdos e aprendizagens de Matemática e Língua Portuguesa, respectivamente, como fora sugerido no Replanejamento Curricular 2020/2021/2022, assim também o mantivemos em 2024, por perceber após a avaliação diagnóstica inicial que o reforço em Língua Portuguesa e Matemática continuam necessários.

PD 1 - Reforçando os saberes por meio da Leitura, Interpretação e Produção de Texto

Disciplina: PD 01 - Matutino/2024

Professores: Alessandra Pires e Diego Arthur Silva

Turmas: (6º anos A, B, C, D, E, F, G e H e 7º anos A, B, C, D, E, F)

Justificativa :

O projeto tem como base a importância do estudo de Língua Portuguesa e com isso reforçar as aprendizagens já adquiridas pelos estudantes, utilizando uma abordagem diferenciada para que os estudantes consigam compreender e alcançar os objetivos dentro dos conteúdos abordados.

Objetivos Gerais:

- Reconhecer a relevância dos Eixos Transversais do Currículo na aquisição de saberes e relação conteúdo e forma com vistas à prática cidadã.
- Ampliar o repertório da Leitura.
- Desenvolver o senso crítico, analisando o texto e os contextos sociais, de forma a participar de práticas sociais em defesa de direitos.
- Comparar textos de diferentes tipos e gêneros.
- Diferenciar fatos de opiniões.
- Identificar nos textos trabalhados conhecimentos linguísticos e gramaticais: ortografia, concordância e regência nominal e verbal, tempos e modos verbais, pontuação, etc.

Metodologia:

Através do contexto social de cada aluno trabalhar a interação discursiva, compreensão oral, compreensão e produção escrita, considerando o conhecimento prévio do aluno sobre o conteúdo, levantando questionamentos acerca do tema, levando o aluno a refletir e interagir. Levar os alunos a reflexões em rodas de conversas sobre como valorizar a leitura como elemento do processo comunicativo;

apropriar-se de conhecimentos interdisciplinares e aplicá-los na produção dos mais variados discursos.

Trabalhando com leitura, interpretação e produção textual, os alunos irão identificar e analisar gêneros de diferentes constituições tipológicas (narrar, descrever, expor, argumentar e prescrever), produzir textos narrativos não lineares, expositivos, argumentativos e prescritivosinjuntivos, com atividades de fixação, e aulas expositivas.

Os alunos poderão compreender a relação de sujeito e verbos para estruturação sintática, bem como questões decorrentes de diferentes formas de estruturação, analisar diferentes discursos veiculados por meios de comunicação, considerando as diversas tecnologias, localizar informações explícitas e implícitas em um texto, comparar e relacionar textos de diferentes gêneros em relação a conteúdo e forma, desenvolver argumentos e apresentar posicionamento crítico com relação a ideias apresentadas em diversos textos e ampliar o repertório de leitura.

Avaliação:

A avaliação no projeto será feita por meio da observação da participação e realização das atividades impressas ou no caderno, interação via WhatsApp, também serão realizadas as avaliações informais para estimular e incentivar o aluno na realização das atividades, retornando com feedback dos erros e acertos para os estudantes possam se corrigir no erro, tornando-se sujeito de suas aprendizagens.

PD2 - MATEMÁTICA BÁSICA

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA**

Disciplina: PD 02- Matutino **Professor :** NELSON Público alvo: 6º ano A, B, C, D, E, F e 7º ano A, B, C, D.

Justificativa: As dificuldades no processo de ensino e aprendizagem de matemática já há bastante tempo vem sinalizando, por meio de variados instrumentos de avaliação, ser significativas, com o ensino remoto no período pandêmico, essas dificuldades só se ampliaram e ainda se levará algum tempo e a utilização de muitas estratégias para sanar esse problema. No intuito de reforçar a base matemática dos alunos, esse projeto traz consigo o reforço dos conteúdos já estudados em séries/anos anteriores, tais como operações matemática básica, resolução de problemas diversos,

letramento matemático etc.

Objetivo: recuperar aprendizagens esquecidas e ensinar conteúdos que são pré-requisitos para o bom desempenho dos estudantes na série/ano/etapa em que está matriculado nas disciplinas de exatas.

Objetivos Específicos:

- Relembrar, resolver operações matemática básicas, como por exemplo: adição, subtração, multiplicação e divisão envolvendo os números naturais e inteiros.
- Trabalhar a noção de um todo e as partes de um todo e suas operações;
- Reconhecer e analisar figuras geométricas, trabalhando suas definições e características.

Metodologia (COMO?):

- Desenvolver atividades com os alunos dos sextos e sétimos anos em ambiente escolar, atividades nas quais se trabalhará os pré-requisitos que facilitará a aprendizagem dos conteúdos próprios e característicos de cada série/ano.
- Usar jogos ou materiais lúdicos para facilitar a compreensão do cálculo.
- Mediar a resolução de questões de provas com foco na OBMEP e interpretação da linguagem matemática em questões de provas.

Avaliação: Avaliação processual e contínua, de acordo com a realização das atividades propostas ao longo do de cada bimestre. Levando em consideração o empenho e melhora na busca de respostas das questões matemáticas trabalhadas pelos estudantes.

A Parte Diversificada III do Matutino será utilizada para os temas variados, tais como: meio ambiente e sustentabilidade; artes visuais e patrimônio social e cultural e Feira de Ciências 2024.

A Parte Diversificada I e II do Vespertino trabalhará o Peojero NaMoral em parceria como Ministério Público (MPDF) e será conduzido pelos professores e por 40 estudantes do 9º ano Vespertino, mas contemplará ações voltadas para toda a escola.

PD1 e PD2 "Cidadania em Ação"

Disciplina: PD I e II – Vespertino

Professores: João Hack e Marcela Santo

Turmas: 8º ano A, B, C, D, E, 9º ano A, B, C, D

Objetivo:

- Promover a conscientização e prática dos valores éticos fundamentais para uma cidadania ativa e responsável entre os jovens.
- Participação no Projeto NaMoral – “Esperto mesmo é ser Honesto”

Atividades:

Roda de Conversas Semanais:

- Encontros regulares para discussão de temas relacionados à cidadania, como respeito, responsabilidade, empatia, justiça, entre outros;
- Dinâmicas que promovem a participação ativa dos Estudantes.

Avaliações Diárias:

- Implementação de um sistema de avaliação diária para acompanhar o comportamento e atitudes dos participantes em relação aos valores éticos.
- Feedback construtivo fornecido para incentivar a melhoria contínua. Atividades impressas.

Participações em Atividades Comunitárias:

- No projeto NaMoral terá missões que podem ser por exemplo: Organização de atividades práticas, como voluntariado em abrigos, limpeza de parques, ou apoio a comunidades carentes.
- Estímulo à participação ativa dos estudantes na construção de uma comunidade mais justa e solidária.

Recursos Necessários:

- Espaço para as rodas de conversas.
- Material didático e recursos audiovisuais para enriquecer as discussões.
- Parcerias com instituições locais para as atividades comunitárias.
- Sistema de avaliação e acompanhamento.

Resultados Esperados:

- Desenvolvimento de uma consciência cívica mais sólida entre os Estudantes participantes.
- Maior engajamento na comunidade e em projetos sociais.
- Melhoria no comportamento e atitudes em relação aos valores éticos.

Parte Diversificada III - Vespertino

Entendendo as Habilidades Socioemocionais

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 03 DE BRAZLÂNDIA**

Disciplina: PD3 – Vespertino

Professora: Danielle

Turmas: 8º ano A, B, C, D, E, 9º ano A, B, C, D

Objetivos Gerais:

- Desenvolver habilidades sociais e socioemocionais nos alunos.
- Promover o entendimento e prática das cinco competências sociais e valores sociais e humanos.
- Estimular a reflexão crítica e a empatia em relação ao próximo e ao meio ambiente.

Objetivos de Aprendizagem:

- Compreensão e expressão de sentimentos.
- Autoconhecimento, autocontrole e Autocuidado.
- Empatia, cooperação e Relações Interpessoais.
- Resolução de conflitos.
- Tomada de decisões responsáveis.
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Diversidade e Inclusão.

Eixos Transversais:

Educação para a Diversidade, Cidadania; Educação em e para os Direitos Humanos; Educação para a Sustentabilidade.

Eixos Integradores: letramento e ludicidade

Práticas de ensino / metodologia:

- Aulas expositivas-dialogadas.
- Dinâmicas de grupo.
- Jogos cooperativos.
- Atividades práticas e vivenciais.
- Estudos de casos.
- Filmes e documentários seguidos de debates.

Conteúdo Programático - 1º bimestre – Autoconhecimento e Autocuidado

- Identificação e expressão de emoções.
- Conhecimento das próprias habilidades e limitações.
- Desenvolvimento da autoestima e autoconfiança.
- Importância da alimentação saudável e do sono para o bem-estar emocional.
- Práticas de relaxamento e gestão do estresse.

Conteúdo Programático - 2º bimestre – Relações Interpessoais

- Empatia e comunicação não violenta.
- Construção e manutenção de amizades saudáveis.
- Respeito às diferenças individuais e culturais.
- Prevenção ao bullying e à exclusão.
- Importância do diálogo na resolução de conflitos.

Conteúdo Programático - 3º bimestre - Responsabilidade Social e Ambiental

- Compreensão dos direitos humanos e da cidadania.
- Participação em atividades de voluntariado e ação social na comunidade.
- Sensibilização para questões ambientais e sustentabilidade.
- Valorização do patrimônio cultural e histórico local.
- Ética e responsabilidade no uso das tecnologias digitais.

Conteúdo Programático - 4º bimestre – Resolução de Conflitos e Tomada de Decisões

- Identificação e manejo de conflitos interpessoais.
- Negociação e busca de soluções pacíficas.
- Prática da assertividade e da resiliência.
- Tomada de decisões baseadas em valores éticos e sociais.
- Planejamento de projetos com impacto social e ambiental positivo

Estratégias de avaliação

Avaliação	Valor	Descrição
A 1	1,0	Participação em atividades em sala de aula.
A 2	2,0	Realização de trabalhos individuais e em grupo.
A 3	1,0	Avaliação de comportamento e postura em atividades práticas.
A 4	1,0	Avaliação do desenvolvimento das competências sociais ao longo do curso.

PLANO DE AÇÃO PSICOLOGA



Subsecretaria de Educação Básica
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem



Plano de Ação 2024

UE: Centro de Ensino Fundamental 03 de Brazlândia

Telefone: 3330-8671/33308672

Diretor(a): Renata Maria Farias de França

Vice-diretor(a): Elenir dos Santos Lima

Quantitativo de estudantes: 465

Nº de turmas: 6 turmas de 6º ano; 6 turmas 7º ano; 5 turmas de 8º ano; 4 turmas de 9º ano. (21 turmas)

Etapas/modalidades: Ensino Fundamental II – Anos Finais (3º Ciclo para as Aprendizagens)

Serviços de Apoio: Sala de Recursos ()

Orientação Educacional (X)

Sala de Apoio à Aprendizagem ()

Psicólogo EEAA (X)

Pedagogo EEAA ()

Outro () _____.

EEAA: Pedagoga(o): Não há o profissional .

Psicóloga(o): Naira Kettlein dos Santos

Matrícula: 226-717-9

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva	7. Planejamento EEAA
2. Observação do contexto escolar	8. Eventos
3. Observação em sala de aula	9. Reunião com a Gestão Escolar
4. Ações voltadas à relação família-escola	10. Estudos de caso
5. Formação continuadas de professores	11. Conselhos de Classe
6. Reunião EEAA	12. Projetos e ações institucionais

Eixo: Coordenação Coletiva

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Apresentação do trabalho (serviços) SEAA; -----	- Promover o conhecimento e esclarecer competências e funções atribuídas aos profissionais da Equipe de Apoio (SEAA, OE e AEE) no acolhimento e acompanhamento junto aos professores (Exposição do trabalho e documentos norteadores, e explicações acerca do preenchimento de documentos de encaminhamentos e outros); Criar espaços para estudo e assessoramento do trabalho pedagógico;-----	Exposição oral, apoio de recursos audiovisuais e/ou dinâmicas/ vivências; ----- -----	- Até duas coordenações coletivas no início do ano letivo conforme necessidade; ----	- EEAA; SOE -Equipe Gestora, - Professores, - Coordenadores; -Supervisor pedagógico. ----- --	- Processual e contínua, a partir da observação e participação da Equipe em cada ação; Levantamento de demandas e planejamento de ações voltadas à queixa realizada. ----- -----

<ul style="list-style-type: none"> - Formação continuada - Divulgação de cursos específicos para cada grupo de profissionais - Realização de convites à profissionais externos especializados em demandas específicas da escola - Participação em Conselho de Classe; ---- 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem propiciando a promoção de um espaço de escuta. ----- - Promover a ampla circulação de informações. ----- - Fomentar o hábito de pensar coletivamente estratégias interventivas a partir de situações individuais. ----- 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de documentos oficiais e relacionados às necessidades específicas apresentadas pelo grupo da escola; - Sugestões e reflexões sobre a realidade escolar do aluno e especificidades. ---- 	<ul style="list-style-type: none"> - Durante o ano letivo (semanalmente; e condução conforme demanda que surja no espaço da coletiva); - Bimestralmente, programada e preparada pela EEAA. 	<ul style="list-style-type: none"> - EEAA; SOE -Equipe Gestora, - Professores, - Coordenadores; -Supervisor pedagógico. - EEAA; OE -Equipe Gestora, - Professores, - Coordenadores; -Supervisor pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pontual, a partir de feedbacks orais ou escritos dos participantes; -----
--	---	--	--	---	---

Eixo: Observação do contexto escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento Institucional; ----- 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer, refletir e analisar o contexto de intervenção da EEAA; ----- - Compreender as concepções de educação e pressupostos que conduzem as práticas na instituição. ----- 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e construção de informações históricas e institucionais; - Análise das informações construídas. ----- -Reuniões periódicas com a equipe gestora e/ou demais Serviços de Apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> 1º Bimestre inicialmente e ao longo do ano letivo (revisitar para nortear ações). ----- 	<ul style="list-style-type: none"> - EEAA; - OE; - Alunos; - Profissionais da instituição. ----- --- 	<ul style="list-style-type: none"> - Contínua e processual; - Utilização de dados do Mapeamento Institucional para subsidiar ações de intervenção; - Diálogo com os profissionais de educação da

					instituição e com as famílias. -----
Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. -----	- Favorecer o desempenho escolar dos alunos e promover uma cultura de sucesso escolar, conhecendo os estudantes em sua integralidade a partir dos contextos em que estão inseridos.----- - Identificar métodos de ensino dos professores para auxiliar no planejamento das intervenções pedagógicas.-----	- Observações da dinâmica da sala de aula e demais contextos educativos. (como intervalo, sala de aula, sala de múltiplas, biblioteca, dentre outros, fazendo os registros pertinentes e as intervenções que se fizerem necessárias. ----	- Ao longo de todo ano letivo sempre que surgirem demandas de observação.	- EEAA; - Professores; - Estudantes.	- Registros das observações em formulários próprios.
Eixo: Ações voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Envolver a família nos processos de escolarização; - Articulação com a Gestão; - Sensibilização e	- Identificar as concepções da família em relação ao processo de aprendizagem; Promover a participação da família no ambiente (âmbito) escolar; ----- -Esclarecer sobre competências	- Acolhimento da família com reuniões individuais ----- - Palestras e rodas de conversa com temas de demanda da família e da	- Durante todo o ano letivo, conforme demanda e de necessidades.	- EEAA - Orientador (SOE) -Supervisor Pedagógico; - Gestão Escolar. -- -----	- Durante o processo, através de observações e registros construídos para esta finalidade. Observação de indicadores concretos de melhoria a partir

<p>mobilização da equipe escolar; - Ações voltadas para os estudantes abordando as relações familiares;</p>	<p>atribuídas aos profissionais da Equipe de Apoio (SEAA, OE e AEE) no acolhimento e acompanhamento junto aos estudantes e a família; -----</p>	<p>escola (escuta e orientação aos familiares em situações que interfiram no desempenho escolar dos estudantes, propiciando maior participação no processo educacional.-----</p> <p>- Elaboração de material escrito para orientação nas reuniões bimestrais de temas sensíveis e relevantes (como orientação e estabelecimento de rotina de estudos; uso de equipamentos eletrônicos e redes sociais; a construção afetiva e relacional entre pais e filhos, com estabelecimento de limites, dentre outros.) -----</p> <p>- Encaminhamento para a Orientação Educacional (OE) os casos de abandono, maus tratos e negligência familiar para que sejam tomadas as devidas providências.-----</p>			<p>dessas ações (Frequência, qualidade de participação, desempenho). ----- Escuta sensível dos professores, coordenadores, familiares e estudantes.-----</p>
---	---	---	--	--	--

Eixo: Formação continuada dos professores

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>- Promover espaços de reflexão, novos conhecimentos e práticas educativas diferenciadas; -----</p> <p>- Esclarecer sobre competências atribuídas aos profissionais da Equipe de Apoio (SEAA, OE e AEE) no acolhimento e acompanhamento junto aos professores, estudantes e a família.</p> <p>- Promover momentos de reflexão sobre a práxis pedagógica (teoria e prática) em relação aos documentos norteadores da SEEDF.</p>	<p>- Propiciar espaços de trocas de experiências entre os professores; Incentivar novas práticas pedagógicas;-----</p> <p>- Sensibilizar o corpo docente sobre seu papel enquanto professor. -----</p>	<p>- Realizar e/ou acompanhar oficinas e estudos utilizando o espaço da coordenação pedagógica; -----</p>	<p>- Durante todo o ano letivo conforme necessidade percebida ou demanda apontada. ---</p>	<p>EEAA SOE Professores Coordenadores/ Supervisor Palestrantes convidados</p>	<p>- Observação e registros; Feedback dos participantes envolvidos por meio de questionários e/ou fichas de avaliação, bem como retorno oral de avaliação.----- ---</p>

Eixo: Reunião EEAA

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>-Reunião com outros órgãos da Rede de Apoio; -Reuniões com os responsáveis pelos estudantes; - Reuniões com os Serviços de Apoio; - Reuniões com os professores. -----</p>	<p>- Fortalecer o trabalho do SEAA por meio de discussões, formação continuada e compartilhamento de experiências exitosas</p> <p>- Compartilhamento de informações pertinentes ao trabalho preventivo e interventivo. Planejamento das ações da EEAA. -----</p> <p>- Acolhimento e orientação aos responsáveis; -----</p> <p>- Acompanhar andamento dos encaminhamentos definidos previamente; -----</p> <p>- Conhecer os motivos dos encaminhamentos em curso; ---</p> <p>- Propor estratégias de Intervenção. -----</p>	<p>- Participação semanal nos Encontros de Articulação Pedagógica (EAP) junto à Coordenação Intermediária de Brazlândia para alinhamento de ações referentes ao Serviço e os eventos promovidos pela Gerência do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (GSEAA). Encontros presenciais da EEAA local para planejamento e avaliação das ações desenvolvidas. Estudo dos documentos norteadores da rede pública de ensino do Distrito Federal.</p> <p>- Produção de documentos internos e externos.</p> <p>- Convocar, acompanhar e orientar os pais em suas demandas específicas e coletivas; -----</p>	<p>- Semana (EAP)l, Bimestral ou conforme avaliação de necessidade nos demais casos.</p>	<p>EEAA's; Profissionais da Sala de Apoio à Aprendizagem; Coordenadora Intermediária da SEAA CRE/UNIEB Brazlândia.----- ----- - EEAA; - OE - supervisor pedagógico - Equipe Gestora (quando necessário). ---</p>	<p>- Registros pessoais, produção de documentos e relatórios. Rodas de conversas.</p> <p>- Instrumentos construídos conforme a necessidade de avaliação. (Formulários e/ou feedback dos envolvidos, quando se aplicar); -----</p> <p>- Verificação de resultados conforme decisões tomadas para manutenção ou alteração do planejamento.--</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Entrega de encaminhamentos e ajustamentos de condutas; ----- - Ouvir demandas; -Sugerir intervenções.----- 			
--	--	--	--	--	--

Eixo: Planejamento EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Encontro de Articulação Pedagógica.-----	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar a semana, trocar experiências e buscar soluções para as demandas; - Realizar momentos de Estudos e Formações. ----- 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar planejamentos, buscar alternativas em conjunto com outros profissionais (intraequipes). ----- 	Semanalmente (Reuniões às sextas-feiras)	<ul style="list-style-type: none"> -Pedagogos. Psicólogos do SEAA e SAA e outros Serviços de Apoio em EAP's integrados (SOE; Sala de Recursos); Coordenador Intermediário de Equipes (Unieb); Convidados externos. -- 	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento das ações das Equipes de Apoio. -----.
<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Interno EEAA - Mapeamento Institucional - Assessoria ao 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar semanalmente os compromissos e atividades a serem desenvolvidas, <u>específicos da EEAA</u> ou em <u>conjunto com outros Serviços de</u> 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar planejamento e organização de horários diante das atribuições previstas para a semana, quinzena, mês ou bimestre 	- Semanalmente	<ul style="list-style-type: none"> - EEAA e/ou Serviços de Apoio internos da Instituição. ----- - Coordenação e/ou 	<ul style="list-style-type: none"> - Processual e a cada encontro. - Verificação de tomada de decisões conjuntas para

Trabalho Coletivo; - Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem (PAIQUE)	<u>Apoio</u> da instituição.	conforme necessidade.		Supervisor Pedagógico quando se aplicar. -----	situações específicas. - -----
--	------------------------------	-----------------------	--	--	--------------------------------

Eixo: Eventos

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Semana da Inclusão; - Fórum do Serviços Especializado de Apoio à Aprendizagem; - Formação continuada (SEDF); - Eventos diversos conforme Calendário Escolar Anual.	- Aprimorar o conceito teórico metodológico na forma de novas experiências; Promover e estimular o convívio com as diferenças;	Palestras; Oficinas; Apresentações; Mini cursos; Organização e elaboração de eventos;	Dinâmico, a ser realizado conforme Calendário Escolar Anual: - Jornada Pedagógica da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (data a a definir) - Semana de Educação para a Vida (Lei n.. 11998/2019) (conforme calendário escolar vigente) - Dia Nacional de	Toda a comunidade escolar;	A cada evento;

		<p>Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes, conforme Lei Federal nº 9.970/2000 (Maio);-----</p> <p>- Dia do estudante (11 de Agosto);----- -----</p> <p>- Valorização da Vida (ações distribuídas ao longo do ano) (marco em Setembro); -----</p> <p>- Fórum do Serviços Especializado de Apoio à Aprendizagem (Segundo semestre, a definir pela GSEAA);-----</p> <p>- Dia Nacional de Luta das Pessoas</p>	
--	--	---	--

com Deficiência (Lei Federal nº 11.133/2005) – **21 de Setembro;**

- Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017) – **11 de Novembro;**

- Dia Nacional da Consciência Negra (Lei Federal nº 10.639/2003) – **20 de Novembro;**-----

- Dia do Orientador Educacional (Lei Federal nº 5.564/1968) – **04 de Dezembro ----**

Eixo: Reunião com a Gestão Escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Reunião de planejamento na	- Organizar e acompanhar o planejamento coletivo;	- Encaminhamentos; Planejamento;	- Dinâmica, conforme	- Equipe Gestora; - EEAA; SOE	- A cada reunião e por meio de

semana pedagógica; - Encontros com a Equipe Gestora de acordo com a necessidade;	- Alinhar ações pontuais; - Oferecer e/ou receber feedback;	- Reunião; -Estudo do trabalho e análise;	necessidade;		feedbacks;
---	--	--	--------------	--	------------

Eixo: Estudo de caso

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Estudos de caso internos para compreensão dos casos e propostas de intervenção; ----- - Casos discutidos pela equipe da CRE para estratégia de matrícula;-	- Buscar soluções/respostas para que o estudante seja atendido em necessidades, respaldado pela legislação vigente. -----	-Análise documental; Reunião com a família, professor; Relatório de avaliação e intervenção; Formulário específicos de Estudo de Caso. ---	- De acordo com o surgimento de demanda; - Estudo de caso anual. –	- SEAA /SOE - UNIEB - Equipe Gestora - Professor regente	- Registro em formulários; Resposta da GSEAA, DEIN e DIEJA. ----- -----

Eixo: Conselho de Classe

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
- Conhecer a realidade de cada turma. ----- - Levantamento de demandas;----- - Análise e discussão de	- Identificar os aspectos positivos significativos em relação ao processo de ensino e aprendizagem; Analisar de forma interventiva, as demandas. -----	- Fazer os encaminhamentos de acordo com a demanda; Possibilitar intervenções acerca dos aspectos	A cada bimestre. ----	- SEAA/OE; Equipe gestora; Professor regente; Coordenadores e Supervisor Pedagógico.	- Acompanhamento das solicitações e encaminhamentos das orientações realidades e observações dos

<p>- Digitalização de documentos e instrumentos de intervenção. -----</p> <p>- Planejamento de ações para acolhimento aos professores em atenção às ações de Qualidade de Vida aplicado ao Trabalho;</p> <p>- Projeto Transição</p>	<p>Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho</p> <p>- Orientações sobre organização (espaço físico, aplicativos e ferramentas), técnicas de estudos e Oficina de Produção de materiais de Estudo. Levantamento de Perfil de aprendizagem do estudante. (Questionário e testagem específica direcionada); -----</p> <p>- Levantar dados que subsidiem uma intervenção precoce e identificação de situações que interfiram nos processos de aprendizagem, promovendo ações preventivas nas dificuldades observadas de forma precoce. -----</p> <p>- Promover Acolhimento e</p>	<p>possível estimulando aprendizagem e desenvolvimento socioemocional. ---</p> <p>- Fomentar hábitos de estudo a partir de práticas reconhecidas de organização e técnicas de estudo, bem como da arteterapia voltadas para produção de materiais que auxiliem nesse processo. -----</p> <p>- Ficha perfil e instrumentos avaliativos, bem como atividades das oficinas. (Tabulação e análise). -----</p> <p>- Definido conforme a série em questão e com ações acordadas entre a Equipe escolar, tendo por referência o Caderno</p>	<p>- Conforme demanda. ----</p> <p>- EEAA -Orientação Educacional - Alunos.</p> <p>- A partir do primeiro bimestre e ao longo do ano letivo, e oficinas conforme demanda - ---</p> <p>- No início ou final</p>	<p>- EEAA -Orientação Educacional - Alunos.</p> <p>- Toda a</p>	<p>- Processual e continuada. A partir da adesão e feedback dos atores envolvidos.-----</p> <p>-----</p> <p>- Processual e continuada. A partir da adesão dos estudantes e feedback dos atores envolvidos, bem como a partir do</p>
---	--	--	--	---	---

<p>Escolar. -----</p>	<p>ações que repercutam na avaliação e manutenção dos estudantes, suas famílias e professores ativos no processo de ensino-aprendizagem. -----</p> <p>- Apresentação por turma dos Serviços de Apoio e como acessá-los (no 6º ano);</p>	<p>de Transição Escolar.</p>	<p>do ano letivo conforme a série em questão (ingressos e egressos). ----</p>	<p>Comunidade Escolar e estudantes de 6º e 9º anos em articulação com a escola de transição da região. -----</p>	<p>desempenho escolar observado nas atividades escolares. -- -----</p>
<p>- Projeto Trilhas da Aprendizagem e Oficina de Produção de Materiais -----</p>	<p>- Material de Apoio confeccionado para a apresentação (card com orientação acerca da instituição e de hábitos funcionais para estudos, confecção de material para distribuição entre os estudantes). -----</p>	<p>- Em Articulação com Orientação Educacional (ações descritas no PPP), com possibilidade de uso de instrumentos psicológicos. (Aplicação e devolutiva – coletiva e/ou individual). -----</p>		<p>-EEAA; Orientação Educacional; Estudantes do 9º ano; Profissionais convidados.----- ----</p>	<p>- Processual e continuada. A partir da adesão dos estudantes e feedback dos atores envolvidos.----- -----</p>
<p>Projeto Sonhos: o meu futuro começa agora. (Introdução à Orientação Vocacional)-----</p>	<p>- Orientar e promover espaços de discussão de escolhas profissionais, a partir de instrumentos validados, bem como de exemplos da</p>		<p>- Ao longo do ano letivo com maior ênfase no segundo semestre, considerando</p>	<p>- Toda a comunidade escolar e profissionais da rede de apoio</p>	<p>- Verificação dos índices de violência e conflitos na Unidade Escolar (referidos e</p>

	<p>comunidade (profissionais convidados). -----</p>		<p>disponibilidade dos profissionais convidados. Para os instrumentos da orientação vocacional, entre o terceiro e quarto bimestres. (aplicação e devolutivas)</p>	<p>externa. ----- -----</p>	<p>registrados por meio de sanção, e ainda os índices de busca dos serviços de apoio/ Direção/Coordenação com queixas relacionadas aos conflitos.) ----- -----</p>
<p>Projeto Cultura de Paz e Mediação Escolar)</p>	<p>- Orientar, promover e conduzir espaços de reflexão-ação quanto à Cultura de Paz no âmbito escolar, em diferentes grupos (professores, estudantes, servidores e pais/responsáveis). -----</p>		<p>- Palestras bimestrais com professores. - Ação quinzenal ou com docentes promovendo reflexão e cuidados (Correio da Paz); ---</p>		<p>Engajamento nas atividades e feedback dos estudantes envolvido. ----- -----</p>
<p>- Programa de Saúde na Escola (PSE)</p>	<p>- Programa Saúde na Escola - PSE: Articulação com a Unidade Básica de Saúde n° 2 com palestras ou eventos mensais para pais e/ ou estudantes considerando as necessidades da comunidade local. -----</p>	<p>Ações coordenadas ao longo do ano letivo (palestras, Assembleias Escolares, ações articuladas junto ao PSE/UBS 02) e outras Secretarias no âmbito da SE</p>	<p>- Ações da UBS 02 com agendamento de acordo com a disponibilidade da Unidade de Saúde. -- ----- - Ações da UBS 02 com agendamento e</p>	<p>- EEAA, - OE - Gestores - Equipe da UBS de referência da Unidade de Escolar. (UBS 2) - Comunidade Escolar (*de acordo com a</p>	

		- Encontros articulados bimestralmente para alinhar ações coletivas. - -----	reuniões bimestrais conforme agendamento prévio.-----	ação).	
--	--	--	---	--------	--